

Rede Energia S.A.
(Em Recuperação Judicial)
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1 Contexto operacional

A Rede Energia S.A - Em Recuperação Judicial ("Rede Energia" ou "Companhia"), é Companhia Aberta registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 16 de outubro de 1969, com ações negociadas na Bm&fbovespa S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O objetivo social da Companhia é a participação no capital de outras empresas, tendo como base a atividade de distribuição e geração de energia elétrica, bem como outras atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou a ele relacionadas.

As controladas possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas as empresas de distribuição, geração e comercialização, conforme segue:

Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas Energia - MME.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente. Os Contratos de Concessão das controladas Caiuá Distribuição de Energia ("Caiuá"), Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema ("EDEV"), Empresa Elétrica Bragantina ("EEB") e Companhia Força e Luz do Oeste

("CFLO"), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia - MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015, os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 30, respectivamente.

Renovação de concessões:

As controladas CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB e CFLO, tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

Estes novos aditivos exigiram das distribuidoras atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão até 2045, o direito do contas a receber da concessão, registrado pelas controladas como ativo financeiro até a assinatura dos referidos aditivos, foram transferidos para o ativo intangível, para serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão.

Os contratos das demais concessões têm vigência até janeiro de 2020 (Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A - "ETO") e dezembro de 2027 (Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A - "EMT" e Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A - "EMS").

Geração de energia elétrica:

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da controlada EMT considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,26% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da controlada EMT.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica anteriormente era realizada pela controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em Recuperação Judicial, desde 27 de novembro de 2012, teve sua autorização

revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012 (“Resolução Autorizativa nº 3.759”), expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Serviços:

A Rede Energia, através de sua controlada Multi Energisa Serviços S.A. presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, serviços de call center e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

Histórico da aquisição de controle acionário da Rede Energia e suas subsidiárias:

Os principais eventos que sucederam à assunção do controle da Rede Energia e suas subsidiárias pela Energisa obedeceram à seguinte cronologia:

- Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A ; Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A; Companhia de Força e Luz do Oeste (“CFLO”), Caiuá Distribuição de Energia S.A. (“Caiuá”), Empresa Elétrica Bragantina S.A. (“EEB”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (“EDEV”) e Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”). Nesta data, em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia reclassificou seus investimentos para ativo financeiro classificados como disponíveis para venda.
- 26 de novembro de 2012: A Rede Energia publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de recuperação judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S.A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. (“Denerge”).
- 09 de setembro de 2013: O Plano de RJ foi homologado na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, favorável à proposta apresentada pela Energisa.
- 16 de outubro de 2013: A operação objeto do Plano homologado foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- 17 de dezembro de 2013: A ANEEL aprovou o plano de recuperação das concessionárias de distribuição sob intervenção (“Plano ANEEL”) apresentado pela Rede que foi detalhado e atualizado pela Energisa.
- 28 de janeiro de 2014: A ANEEL anuiu à transferência do controle societário da Rede para a Energisa.
- 08 de abril de 2014: A ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário da Rede à Energisa. Com o fim de intervenção, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados à ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o encerramento do processo de recuperação judicial.

Em decorrência da aquisição do Grupo Rede pela Energisa e conforme Plano de Recuperação Judicial, abaixo síntese dos efeitos remanescentes das dívidas habilitadas pelas recuperandas (Rede Energia e CTCE) e da Tangará, que assumiu as obrigações da recuperanda QMRA, conforme segue:

Descrição	Rede Energia	Tangará	CTCE	Total
Valor original dos créditos apresentados na RJ	1.743.157	102.410	573.349	2.418.916
(-) Desconto aplicado ao valor original	(857.775)	-	(347.179)	(1.204.954)
= Passivo assumido no âmbito do Plano de RJ	885.382	102.410	226.170	1.213.962
. pagos pela Energisa à vista (2)	429.200	-	65.792	494.992
. pagos a credores com valores <10 mil	-	-	50	50
. a pagar ao final de 22 anos com juros de 1%	456.182	102.410	97.754	656.346
. a pagar ao final de 22 anos com juros de TR + 4% aa	-	-	-	-
. a pagar pelas Recuperandas a credores multa 95%	-	-	62.574	62.574
(+) Atualização (1)	82.065	17.884	28.669	128.618
(-) Ajuste a valor presente (1) e (3)	(406.583)	-	(87.097)	(493.680)
(-) Descontos (1)	-	-	(59.444)	(59.444)
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(432.357)	(120.294)	(69.362)	(622.013)
= Saldo em 2014	128.507	-	38.936	167.443
(+) Atualização (1)	10.111	-	3.019	13.130
Reversão de ajuste valor presente (1) e (3)	5.456	-	3.328	8.784
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (4)	(4.561)	-	(3.247)	(7.808)
= Saldo em 2015	139.513	-	42.036	181.549

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do exercício da controladora e consolidados.

(2) Aquisição de créditos realizados pela Energisa S.A os quais serão ressarcidos pela Companhia acrescido de juros de 12% ao ano.

(3) Ajustes a Valor Presente:

Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data da aquisição das empresas.

(4) Os pagamentos aos credores previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014, tendo já sido liquidados diretamente pela Companhia no exercício cerca de R\$7.808 (R\$26.781 em 2014) e pela Energisa de R\$28.226 (R\$494.992 em 2014). Em setembro de 2014, a dívida da controlada Tangará (geradora alienada em maio de 2015) com Banco Itaú BBA, no montante de R\$119.579, foi liquidada.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

- Nota nº 7 - Clientes, consumidores e concessionárias
- Nota nº 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota nº 15 - Créditos tributários;
- Nota nº 28 - Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Nota nº 31 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;
- Nota nº 37 - Instrumentos financeiros derivativos.
- Nota nº 38 - Benefícios a empregados.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (2)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (1)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (1)
- Modificações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas (1)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros) e IAS 16 e IAS 38 (alteração no método de depreciação e amortização de ativos imobilizados e intangíveis), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, imobilizado e intangíveis.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 37.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, ativo financeiro setorial, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 37 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

- c. Clientes, consumidores e concessionárias - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL.
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, as controladas distribuidoras de energia elétrica, desde o exercício de 2012 registraram como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 16.

- g. Ativos e passivos financeiros setoriais - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão das controladas foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas

Brasileiras de Contabilidade), as controladas passaram a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 12.

- h. Investimentos - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável.
- i. Combinação de negócios - As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (goodwill) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O goodwill referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração.
- j. Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente (nota explicativa nº 18).

- k. Arrendamento mercantil - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira.
- l. Intangível - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas.

- m. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.
- n. Redução a valor recuperável - a Companhia e suas controladas avaliam os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos

tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) Receitas - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- (ii) Custos e despesas operacionais - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) Investimentos de capital - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia e das controladas.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- o. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- p. Derivativos - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo

valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 37.

- q. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e de contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- r. Incentivos fiscais SUDAM - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte e Centro Oeste, são reconhecidas no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 15).
- s. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- t. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.
- u. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.
- v. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas, concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.
- w. Benefícios a empregados - Plano de suplementação de aposentadoria e pensões - A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Plano Saldado (PS) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não

reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes.

- x. Ativos disponíveis para venda - A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável, seu valor contábil vai ser recuperado. Os ativos ou grupos de ativos devem classificar todos os ativos e passivos como mantidos para venda quando os critérios estabelecidos estiverem presentes. A Companhia deve apresentar e divulgar informação que permita que seja avaliado os efeitos financeiros das operações descontinuadas e das baixas de ativos não circulantes mantidos para venda. A Companhia reclassificou os ativos e passivos para ativos e passivos disponíveis para venda e as operações descontinuadas estão demonstradas na demonstração do resultado do exercício.
- y. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- z. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2015	2014
Subsidiárias distribuidoras de energia elétrica:			
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Distribuição	91,45	91,45
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição	98,69	98,69
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição	97,7	97,7
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	71,42	71,42
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	57,67	57,67
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	63,11	63,11
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Distribuição	100	100
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	Distribuição	100	100
Demais empresas:			
Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em Recuperação Judicial	Comerc. Energia	99,91	99,91
Rede Power do Brasil S.A.	Holding	99,98	99,98
QMRA Participações S.A. - em Recuperação Judicial	Holding	100	100
Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	Serviços	99,9	99,9
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	Agrícola	100	100
Companhia Geral	Serviços	63,97	63,97
Tangará Energia S.A.	Geração	-	100
Participação indireta :			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	36,83	36,83

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

	Distribuição	Comercialização	Serviços	2015
Receitas Externas	8.035.172	-	1.160	8.036.332
Receitas Intersegmentos	-	-	41.023	41.023
Total	8.035.172	-	42.183	8.077.355
Receitas Financeiras	623.052	10.164	36.732	669.948
Despesas Financeiras	(796.154)	(19.445)	(125.557)	(941.156)
Total	(173.102)	(9.281)	(88.825)	(271.208)
Depreciação e amortização	521.093	7	1.754	522.854
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	244.091	(9.890)	(72.646)	161.555

	Distribuição	Comercialização	Serviços	2014
Receitas Externas	4.887.559	-	1.856	4.889.415
Receitas Intersegmentos	-	-	8.260	8.260
Total	4.887.559	-	10.116	4.897.675
Receitas Financeiras	336.007	600.585	1.369.259	2.305.851
Despesas Financeiras	(646.145)	18.868	(273.433)	(900.710)
Total	(310.138)	619.453	1.095.826	1.405.141
Depreciação e amortização	430.418	17	456	430.891
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	243.147	617.884	1.518.801	2.379.832

	Distribuição	Comercialização	Serviços	2015	2014
Ativos dos segmentos divulgáveis	12.533.572	108.060	445.649	13.087.281	11.997.219
Ativo circulante	3.634.287	4.747	73.005	3.712.039	3.503.377
Ativo não circulante	8.899.285	103.313	372.644	9.375.242	8.493.842
Passivos dos segmentos divulgáveis	8.072.154	272.740	1.389.371	9.734.265	9.032.393
Passivo circulante	2.714.960	5.035	44.731	2.764.726	2.400.258
Passivo não circulante	5.357.194	267.705	1.344.640	6.969.539	6.632.135

Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento.

	2015	2014
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	8.077.355	4.897.675
Eliminação de receitas intersegmentos	(41.023)	(8.260)
Receita líquida consolidada	8.036.332	4.889.415
Depreciação e amortização		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	522.854	430.891
Depreciação e amortização consolidada	522.854	430.891
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	669.948	2.305.851
Eliminação de receitas intersegmentos	(34.794)	(63.032)
Receita financeira consolidada	635.154	2.242.819
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(941.156)	(900.710)
Eliminação de receitas intersegmentos	34.794	63.032
Despesa financeira consolidada	(906.362)	(837.678)
Lucros		
Totais de lucros dos segmentos reportáveis	161.555	2.379.832
Lucro antes dos impostos	161.555	2.379.832

	2015	2014
Ativo		
Ativo total dos segmentos reportáveis	13.087.281	11.997.219
Outros valores não alocados	(150.501)	(81.431)
Total Ativo consolidado	12.936.780	11.915.788
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	9.734.265	9.032.393
Outros valores não alocados	(150.501)	(81.431)
Total passivo consolidado	9.583.764	8.950.962

6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	912	1.328	87.608	82.680
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	-	3.744	446.844	273.915
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	55.003	93.758
Compromissada (1)	-	3.744	391.841	180.157
Total caixa e equivalentes de caixa (2)	912	5.072	534.452	356.595

A carteira de aplicações financeiras de liquidez imediata é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Debêntures compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 107,81% do CDI (118,93% do CDI em 31 de dezembro de 2014).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

6.2 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	37	51	522.255	973.554
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	17.590	82.349
Fundo de Renda Fixa (1)	37	51	90.164	176.166
Fundos de Investimento (2)	-	-	374.075	676.501
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	63.283
CCB	-	-	63.098	26.785
Compromissadas	-	-	129.925	175.140
DPGE	-	-	6.502	85.519
Títulos públicos	-	-	32.726	141.980
Fundo de Renda Fixa	-	-	141.824	133.104
Nota promissória	-	-	-	50.690
Compromissadas (3)	-	-	73	49
Outros instrumentos	-	-	10	10
Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) (4)	-	-	40.343	38.479
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (5)	37	51	522.255	973.554
Circulante	37	51	481.912	935.075
Não circulante	-	-	40.343	38.479

- (1) Fundos de renda fixa - possui liquidez imediata e é remunerado a 100% do CDI.
- (2) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remuneradas de 104,43% até 127,75% do CDI.
- (3) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (4) Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa centro oeste - FIDC com vencimento em outubro de 2034.
- (5) Inclui no consolidado, R\$144.615 (R\$231.521 em 2014) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de dezembro de 2015 equivale a 107,81% do CDI (118,93% do CDI em 31 de dezembro de 2014). Essas aplicações, exceto mantidas até o vencimento e recursos vinculados, possuem liquidez imediata.

7 Clientes, consumidores e concessionárias

O saldo de Consumidores e concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 37.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ devedores duvidosos (6)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		2015	2014
Valores correntes: (1)									
Residencial	175.895	8	179.881	12.452	5.478	2.881	(20.811)	355.784	229.004
Industrial	93.925	-	29.121	3.035	4.708	15.450	(15.450)	130.789	89.044
Comercial	127.872	6	56.459	4.815	4.131	10.543	(14.674)	189.152	123.397
Rural	55.042	3	22.421	4.093	1.794	844	(844)	83.353	49.532
Poder público:	47.659	-	17.020	2.107	1.006	10.179	(10.179)	67.792	32.810
Iluminação pública	7.629	124	7.302	1.984	429	16.658	(16.658)	17.468	9.316
Serviço público	23.288	1	9.841	3.426	5.212	84.288	(84.288)	41.768	25.933
Fornecimento não faturado	372.478	-	-	-	-	-	-	372.478	267.970
Arrecadação Processo Classificação	15.311	-	-	-	-	-	-	15.311	8.142
Valores renegociados:									
Residencial	8.094	15.298	6.290	3.287	3.892	9.338	(18.408)	27.791	23.571
Industrial	3.638	5.874	982	801	1.033	4.808	(7.059)	10.077	10.654
Comercial	5.933	23.278	1.988	905	1.086	3.902	(11.628)	25.464	28.159
Rural	2.505	4.360	807	199	262	755	(1.607)	7.281	4.761
Poder público:	16.393	40.883	2.045	958	1.163	34.621	(51.891)	44.172	52.738
Iluminação pública	710	9.146	317	66	295	557	(2.884)	8.207	12.646
Serviço público	3.584	3.769	464	116	218	66.675	(70.036)	4.790	3.065
(-) Ajuste valor Presente (2)	(3.103)	(12.266)	-	-	-	-	-	(15.369)	(11.214)
Subtotal -clientes	956.853	90.484	334.938	38.244	30.707	261.499	(326.417)	1.386.308	959.528
Suprimento Energia - Moeda Nacional (3)	21.495	-	-	-	-	4.275	-	25.770	64.222
Encargos de Uso da Rede Elétrica	3.681	-	-	-	-	-	-	3.681	3.242
Redução do uso do sistema de distribuição (4)	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	15.877
Outros (5)	25.126	558	6.568	856	1.911	30.818	(31.177)	34.660	61.960
Total	1.019.356	91.042	341.506	39.100	32.618	296.592	(357.594)	1.462.620	1.104.829
Circulante								1.365.815	982.425
Não Circulante								96.805	122.404

(1) **Vencimentos:** são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) **Ajuste a Valor Presente:** refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de 14,14% a.a. (11,51% em 2014). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento energia no consolidado, em 31 de dezembro de 2015, inclui os valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$8.011 (R\$63.491 em 2014), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2015. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$92.411 (R\$58.861 em 2014) e R\$117.157 (R\$5.611 em 2014) de encargos de serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2015	2014
Créditos a vencer	3.736	59.216
Créditos vinculados a liminares	4.275	4.275
	8.011	63.491
(-) Aquisições de energia na CCEE	(92.411)	(58.861)
(-) Encargos de serviços do sistema	(117.157)	(5.611)
	(201.557)	(981)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Uso de estimativas: Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (4) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL n° 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor em contrapartida de outros passivos no consolidado.
- (5) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (6) Provisão para devedores duvidosos - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação ocorrida no exercício de 2015 e 2014:

Movimentação das provisões	2015	2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	394.253	9.134
Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	-	429.433
Provisão constituída no exercício	22.735	-
Reversão constituída no exercício	(9.136)	(44.314)

Saldos finais - 2015 e 2014

Clientes, consumidores e concessionárias.
Títulos de créditos a receber

	407.852	394.253
	357.594	334.859
	50.258	59.394

8 Títulos de créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Títulos de créditos a receber (b)	845	845	28.927	41.602
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (a)	-	-	50.258	50.258
Ajuste a valor presente (b)	-	-	(22.632)	(22.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(50.258)	(59.394)
	<u>845</u>	<u>845</u>	<u>6.295</u>	<u>9.834</u>
Circulante	845	845	4.671	8.210
Não circulante	-	-	1.624	1.624

- (a) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. Atualmente o processo está na listagem de precatórios pendentes de pagamento por parte da Fazenda Pública Municipal de Cuiabá, sendo que os precatórios precedentes já se encontram integralmente provisionados. Além dos valores contabilizados nesta rubrica, R\$50.258, a controlada possui mais R\$13.487, registrado em clientes, consumidores e concessionárias, totalizando R\$63.745 para os quais foram constituídas provisões.
- (b) As controladas EDEVP, CAIUA, EEB, CNEE e CFLO adquiriram, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Referidos créditos estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. As controladas ingressaram nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, as controladas desistiram da compensação tributária dos referidos créditos e mantêm a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo.

Em 31 de dezembro de 2015, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Títulos vencidos	50.258
2016	4.671
2017	487
2018	514
2019	437
Após 2019	186
Total	56.553

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

9 Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	2015	2014
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	147	9.818

Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	1	5.012
Empresa Elétrica Bragantina S/A	573	6.395
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	6.167	12.575
Companhia de Força e Luz do Oeste - CFLO	6.000	1.221
Companhia Nacional de Energia Elétrica	1.934	-
Multi Serviços Energisa S/A	7.035	4.027
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	86	-
Rede Power S/A	-	2.924
Total - Circulante	21.943	41.972

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	-	-	148.421	117.883
Imposto de renda retido fonte - IRRF (b)	3.659	2.707	16.618	5.823
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (c)	16.842	17.267	108.518	97.869
Contribuição social sobre o lucro - CSLL (c)	-	2.523	22.775	28.435
Contribuições ao PIS e a COFINS (d)	4.858	4.858	64.802	26.952
Outros	-	-	10.890	8.474
	25.359	27.355	372.024	285.436
Circulante	7.682	24.832	223.490	169.937
Não circulante	17.677	2.523	148.534	115.499

- (a) Inclui carta de crédito no montante de R\$19.924 adquirido junto ao Estado de Mato Grosso pela controlada EMT. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT. Após a homologação, os créditos serão compensados com ICMS e R\$128.497, refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os valores serão declarados na ECF do período, sendo convertidos em saldo negativo, recuperável através de pedido de restituição/compensação com Tributos Federais.
- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2015 e anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos exercícios.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2015 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível, os quais são realizáveis nos próximos 36 meses mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre fornecimento de energia elétrica, além de R\$ 4.858 de créditos a compensar originados em exercícios anteriores, pertencentes à controladora.

11 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores(%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 1.873, de 07/04/2015	-0,38%	08/04/2015
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015
EMS	Resolução 1.874 de 07/04/2015	3,22%	08/04/2015
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	1,85%	10/05/2015
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015

Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas tiveram os seguintes efeitos médios:

Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- **Bandeira verde:** condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- **Bandeira amarela:** condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- **Bandeira vermelha:** condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março foi de R\$5,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$4,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 nova alteração quando passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Está sendo divulgado nas contas de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

As bandeiras tarifárias são homologadas pela ANEEL, a cada ano civil, considerada a previsão das variações relativas aos custos de geração por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, cabendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE criar e manter a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada quatro anos na ETO, CAIUA, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO e a cada cinco anos na EMT e EMS.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
CAIUÁ	Resolução 1.288, de 08/05/2012	7,60%	10/05/2012
EEB	Resolução 1.289, de 08/05/2012	0,74%	10/05/2012
CNEE	Resolução 1.286, de 08/05/2012	2,96%	10/05/2012
EDEVP	Resolução 1.287, de 08/05/2012	-2,72%	10/05/2012
CFLO	Resolução 1.314, de 26/06/2012	7,97%	29/06/2012
ETO	Resolução 1.320, de 03/07/2012	-1,61%	04/07/2012
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

12 Ativos e passivos financeiros setoriais - consolidados

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela

ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada a partir do exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços e no resultado financeiro.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

		Receita Operacional		Resultado financeiro						
Ativo financeiro setorial	Saldo em 2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	459.084	344.619	(398.378)	57.748	2.784	465.857	121.148	344.709	373.273	92.584
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	8.557	1.567	(6.783)	920	9	4.270	4.276	(6)	4.208	62
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	67.396	34.767	(61.472)	6.107	-	46.798	24.367	22.431	40.424	6.374
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	4.385	(642)	278	541	4.562	355	4.207	3.471	1.091
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	-	36.604	57.508	796	(78.246)	16.662	(20.739)	37.401	7.312	9.350
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.664	167.935	(25.295)	9.722	-	156.026	16.601	139.425	118.921	37.105
Conta Consumo de Combustível - CCC	2.613	1.184	(2.065)	393	-	2.125	2.126	(1)	2.105	20
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	18.884	13.802	(1)	(12.493)	20.192	(883)	21.075	18.450	1.742
Sobrecontratação de energia (ii)	41.996	(5.743)	(27.091)	4.347	(13.509)	-	-	-	-	-
CUSD	-	64	-	(41)	479	502	-	502	377	125
Exposição de submercados	-	5.227	(3.994)	667	645	2.545	2.545	-	2.545	-
Outros itens financeiros (*)	11.439	23.270	(16.263)	28	2.570	21.044	1.348	19.696	1.769	19.275
Total Ativo	594.749	632.763	(470.673)	80.964	(97.220)	740.583	151.144	589.439	572.855	167.728

		Receita Operacional		Resultado financeiro						
Passivo financeiro setorial	Saldo em 2014	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 2015	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	-	313	(890)	25	2.823	2.271	-	2.271	1.391	880
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	13	(6)	21	8	36	16	20	30	6
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	220.133	73.464	(124.277)	18.138	(78.248)	109.210	56.421	52.789	90.130	19.080
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(7)	(3)	-	10	-	-	-	-	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	5.778	(11.656)	-	13.154	7.276	3.915	3.361	5.596	1.680
Sobrecontratação de energia (ii)	176.988	212.670	(147.131)	13.601	(13.956)	242.172	35.641	206.531	183.502	58.670
CUSD	-	233	(1.149)	-	1.379	463	442	21	454	9
Exposição de submercados	-	(26)	40	(45)	147	116	116	-	95	21
Outros itens financeiros (*)	31.428	12.073	(10.893)	(23)	(22.537)	10.048	10.139	(91)	9.032	1.016
Total Passivo	428.549	304.511	(295.965)	31.717	(97.220)	371.592	106.690	264.902	290.230	81.362
Saldo líquido	166.200	328.252	(174.708)	49.247	-	368.991	44.454	324.537	282.625	86.366

(*) Inclui R\$806 de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, reconhecido como outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas indiretas CAIUÁ, EEB, CNEE e EDEVP, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o Proret, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais- Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no Proret (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º CRTF (Ciclo de Revisão Tarifária Periódica).

- **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

- **Repasse de sobre contratação de energia (energia excedente)**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

- **Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços encilares, prestados pelos usuários.

- **Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas

13 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Baixa renda (1)	-	-	21.959	21.172
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	71.985	56.393
Ordens de desativação em curso	-	-	16.942	7.170
Ordens de serviços em curso e outros			20.508	13.419
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.979	2.450
Adiantamentos a fornecedores e empregados	109	109	12.633	13.932
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	171.595	167.915
Banco Daycoval (3)	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA - em Recuperação Judicial (4)	2.696	2.926	39.184	31.856
ICMS - Aquisição de crédito de terceiros (5)	-	-	-	11.246
Sub-rogação do CCC (6)	-	-	39.677	42.857
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos (7)	-	12	16.616	13.540
Aquisição de combustível para conta CCC	-	-	26.826	12.663
Ativos mantidos para venda	-	-	-	4.597
Padrão de Energia	-	-	3.589	4.969
Despesas pagas antecipadamente	-	-	3.942	6.538
Crédito a receber de terceiros	1.663	1.663	2.017	1.663
Crédito a receber do Estado de Tocantins (8)	-	-	98.781	106.328
Outros	1.516	3.272	21.555	29.838
Total	5.984	7.982	569.788	548.546
Circulante	5.540	7.537	404.104	360.433
Não circulante	444	445	165.684	188.113

(1) Baixa renda - consolidado

	EMT	ETO	EMS	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	CAIUA	Total
Saldos consolidados em 2014	6.543	4.045	6.401	1.123	337	493	320	1.910	21.172
Subvenção baixa renda	32.674	22.965	28.910	4.013	1.669	915	1.985	4.070	97.201
Ressarcimento Eletrobrás	(29.971)	(22.668)	(30.518)	(4.411)	(1.561)	(954)	(1.935)	(4.396)	(96.414)
Saldos consolidados em 2015	9.246	4.342	4.793	725	445	454	370	1.584	21.959

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 KWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica “outros créditos” no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado

	EMT	ETO	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	CAIUÁ	EMS	Total
Saldos consolidados em 2014	90.092	28.762	12.200	9.053	11.998	839	8.272	6.699	167.915
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	199.279	39.682	14.476	13.851	14.536	1.665	11.493	121.439	416.421
Ressarcimento pela Eletrobrás	(185.430)	(45.980)	(26.290)	(22.307)	(19.838)	(2.320)	(19.807)	(97.704)	(419.676)
Atualização monetária	4.997	267	286	180	208	19	161	817	6.935
Saldos consolidados em 2015	108.938	22.731	672	777	6.904	203	119	31.251	171.595

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

As controladas CNEE, CAIUÁ, EDEVP, EEB, CFLO e EMS desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, até dezembro de 2015 foram compensados R\$72.821 referente a subvenção CDE e R\$6.772 referente subvenção baixa renda.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos em aberto correspondem a subvenção incorrida nos meses de novembro e dezembro de 2015, cujo ressarcimento a administração das controladas irá compensar no primeiro trimestre de 2016.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente Companhia em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - “em Recuperação Judicial”. Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de uma Antecipação para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o

controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Crédito que a Companhia e as controladas EMT, EMS, Caiuá, ETO, CNEE, CFLO, EDEVP e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em “Recuperação Judicial”, oriundo de transações entre partes relacionadas. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas mantêm ajuste a valor presente a receber dos créditos a receber.

(5) Crédito ICMS

Créditos de ICMS adquiridos pela controlada EMT de gerador de energia elétrica, titular de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's), localizadas no Estado de Mato Grosso. Referidos créditos foram habilitados e registrados pela Companhia no sítio da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, por meio de Pedido de Habilitação de Crédito, conforme procedimento disposto pela Secretaria. Posteriormente à habilitação e registro dos créditos, o Fisco Estadual notificou o gerador, e solidariamente a Companhia, questionando a validade do procedimento de habilitação dos créditos. Diante da notificação, a Companhia suspendeu o aproveitamento dos créditos até julgamento final dos recursos interpostos pelo gerador. Os detentores dos créditos perderam o prazo recursal para apresentar defesa à notificação da SEFAZ. Desta forma, em 2015, a Companhia considerou os contratos cancelados e efetuou a baixa dos valores em contrapartida da rubrica fornecedores no passivo circulante.

(6) Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014 e R\$3.234 em 2015, totalizando R\$35.275. O saldo a receber de R\$8.584, acrescido de atualização pelo IGPM de R\$3.165. Saldo remanescente é de R\$11.749. Em 21 de janeiro de 2016, foram recebidos os valores correspondentes ao período de novembro de 2014 a novembro de 2015, devidamente atualizados.
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foi recebido R\$1.215 em 2014 e R\$3.111 em 2015, totalizando R\$4.326. O saldo remanescente é de R\$27.928.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2015	2014
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	35.275	3.165	11.749	11.818
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	4.326	-	27.928	31.039
Total		97.301	76.113	39.601	3.165	39.677	42.857
Circulante (Principal)						13.158	12.386
Circulante (Variação IGP-M)						1.292	1.118
Total do Circulante						14.450	13.504
Não Circulante (Principal)						23.354	26.922
Não Circulante (Variação IGP-M)						1.873	2.431
Total do Não circulante						25.227	29.353

(7) Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos

Esses créditos com terceiros referem-se à valores a receber sobre a venda de bens e direitos alienados.

(8) Créditos a receber do Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para eficiência energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;

iv. O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11 de setembro de 2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 31 de dezembro de 2015 de R\$76.977 (R\$88.045 em 2014), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014 e 2015, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29 de setembro de 2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos (dos exercícios de 2009, 2010 e 2011) e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- Convênio 028/2008

O convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29 de fevereiro de 2012. O valor a receber atualizado é de R\$21.804 (R\$18.283 em 2014). Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

14 Transações com partes relacionadas

A Companhia detém o controle acionário direto nas empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%), Denerge (11,79%) e Energisa (15,02%).

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%) é controlada pela Denerge (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A BBPM é controlada pela Energisa (89,61%) e JQMJ (10,38%). A Energisa controla a JQMJ (99,99%).

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A (ESOLC), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Usina Maurício.

Os saldos com partes relacionadas são apresentadas como segue:

Controladora:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos (1):				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	89.841	-	86.882
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia -RJ	6.816	-	3.569	-
. Companhia Geral	33	-	-	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	29.960	2.388	45.264	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A - RJ	47.581	-	19.351	-
. QMRA Participações S/A	-	82	-	-
. QMRA Participações S/A - RJ	719	-	716	-
. BBPM Participações S/A	-	2.662	-	2.560
. JQMJ Participações S/A	-	939	-	820
. Energisa S/A	169.259	-	-	7.560
. Energisa S/A - RJ (3)	-	546.165	-	474.541
. Empresa Elétrica Bragantina S/A	-	-	-	105.030
. Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A	15	-	41.497	-
. Multi Energisa Serviços S/A	7.400	-	-	1.639
. Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A	-	759	-	19.806
. Acceptor Consultoria e Corretagem de seguros	-	1.168	-	1.011
. Rede Power do Brasil S/A	7.036	-	-	993
	268.819	644.004	110.397	700.842
Circulante	-	-	-	474.541
Não Circulante	268.819	644.004	110.397	226.301
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (2):				
. Energisa S/A	-	8.000	-	8.000
. Companhia Geral	480	-	434	-
. QMRA Participações S/A	3.896	-	3.896	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	3.066	-	3.066	-
. Rede Power do Brasil S/A	165.380	-	157.610	-
. Caiuá Distribuidora de Energia S/A	22.590	-	22.590	-
. Energisa Mato Grosso Sul - Distribuidora de Energia S/A	13.314	-	-	-
	208.726	8.000	187.596	8.000
Total	477.545	652.004	297.993	708.842

- (1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30 de outubro de 2016, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. O contrato de mutuo firmado com a Energisa está sendo remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 1,0248% a.a.
- (2) Refere-se a Adiantamentos para futuro aumento de capital que não possui remuneração.
- (3) Os créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia, referente a juros dos contratos de mútuos:

Empresas	Receitas /(-) Despesas financeiras
Empresa Elétrica Bragantina S/A	(2.955)
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A	1.274
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	(11.345)
QMRA Participações S/A	4
Rede Power S/A	(119)
Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social de Rede Eletricidade de Serviços S/A)	459
Acceptor Consul. E Corretagem de Seguros Ltda	(162)
JQMJ Participações S/A	(131)
BBPM Participações S/A	(402)
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	4.303
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	2.010
Energisa S/A	(62.093)
Total em 2015	(69.157)
Total em 2014	(56.026)

Consolidado:

Saldos dos ativos:

		Rede Energia	CTCE	Multi Energisa	QMRA	2015	2014
Denerge	Mútuo (1)	77.541	-	10.809	-	88.350	74.140
Energisa	Mútuo (1)	169.259	-	-	64.838	234.097	-
EEVP	Mútuo (1)	15	9	5.044	-	5.068	45.976
		246.815	9	15.853	64.838	327.515	120.116

(1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30 de outubro de 2016, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. O contrato de mutuo firmado com a Energisa está sendo remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI + 1,0248% a.a.

Saldos dos passivos:

		Rede Energia	CTCE	QMRA	Rede Power	Multi Energisa	2015	2014
Acceptor	Mútuo	1.169	-	-	-	-	1.169	1.011
JQMJ	Mútuo	939	-	-	-	-	939	820
BBPM	Mútuo	2.662	3.976	109	11	374	7.132	6.335
Energisa S.A.	Mútuo	-	1.174	-	-	621	1.795	7.560
Energisa S.A. - RJ (1)	Créditos adquiridos - RJ	546.165	80.304	20.008	-	-	646.477	546.793
Denerge	Mútuo	2.388	-	-	-	-	2.388	-
Rede Peixe	Mútuo	-	-	-	-	-	-	360
		553.323	85.454	20.117	11	995	659.900	562.879
Circulante							-	546.793
Não Circulante							659.900	16.086

(1) Créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, conforme descrito no item 3 acima.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas, referente a juros dos contratos de mútuos:

Resultado do exercício:

Empresas		Receitas /(-) Despesas financeiras					
		Rede Energia	QMRA	CTCE	Multi Energia	2015	2014
Energisa S.A	Mútuo	(62.093)	4.852	(8.335)	(45)	(65.621)	(36.795)
Acceptor Consul. E Corretagem de Seguros Ltda	Mútuo	(162)	-	-	-	(162)	-
Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S/A	Mútuo	2.010	-	-	591	2.601	12.062
Denerge S/A	Mútuo	4.303	-	-	1.281	5.584	10.400
BBPM Participações S/A	Mútuo	(402)	(643)	(460)	(3)	(1.508)	-
JQMJ Participações S/A	Mútuo	(131)	-	-	-	(131)	-
Total		(56.475)	4.209	(8.795)	1.824	(59.237)	(14.333)

Empresas	Serviços contratados			
	2015			
	Energisa Soluções Construções S/A	Energisa Soluções S/A	Multi Energia e Serviços S.A.	Energisa Serviços Aéreos S/A
Caiua Distribuição de Energia S/A	4.612	1.593	223	66
Empresa Elétrica Bragantina S/A	3.484	1.132	160	32
Companhia Força e Luz do Oeste	-	21	52	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	-	804	110	58
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	-	1.128	177	12
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	217	1.407	9.867	83
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	12.665	4.655	29.448	260
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	4.192	5.279	370
Total	20.978	14.932	39.588	881

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e fiscal foi de R\$48 (R\$155 em 2014) na controladora e R\$1.022 (R\$868 em 2014) no consolidado, e da Diretoria foi de R\$12.094 (R\$9.256 em 2014) no consolidado. Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$112 (R\$334 em 2014) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$1.558 (R\$ R\$2.107 em 2014) no consolidado.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente referente ao mês de dezembro de 2015, foram, respectivamente, R\$68 e R\$2 (R\$63 e R\$2 em 2014) no consolidado. A remuneração média mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$20 (R\$17 em 2014) no consolidado. Em 2015, não houve remuneração atribuída a dirigente na controladora (R\$2 e R\$2 em 2014).

Na AGO/AGE de 30 de abril de 2015, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício findo de 2015 no montante de R\$3.000 (R\$3.000 para o exercício de 2014), na controladora.

15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 (IAS 12) e apresentado conforme normas do CPC 26 (IAS 1).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no consolidado no montante de R\$7.891 (R\$ 73.728 em 2014), em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras são apresentados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	-	112.165	19.129
Base negativa da contribuição social	-	-	51.917	6.886
Diferenças temporárias:				
Imposto de Renda	-	-	209.180	336.660
Contribuição Social	-	-	75.305	121.198
Total - ativo não circulante	-	-	448.567	483.873

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	320.539	319.384	1.017.993	1.151.240
Contribuição Social	115.394	114.978	366.478	414.446
Total - passivo não circulante	435.933	434.362	1.384.471	1.565.686
Total passivo não circulante Líquido	435.933	434.362	935.904	1.081.813

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	2015		2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Passivo				
Ajustes a valor presente	1.208.911	411.030	1.204.324	409.470
Deságio sobre investimento	73.244	24.903	73.211	24.892
Total passivo não circulante	1.282.155	435.933	1.277.535	434.362

	Consolidado			
	2015		2014	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.196.896	299.224	800.552	200.138
Base negativa da contribuição social	1.325.089	119.258	800.544	72.049
Créditos fiscais - ágio	129.188	43.924	146.041	49.654
Provisão ajuste atuarial	10.980	3.733	11.505	3.912
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscal	467.013	158.784	538.671	183.148
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD e Daycoval)	584.643	198.779	571.044	194.155
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	150.831	51.283	62.703	21.319
Marcação a mercado - derivativos	(122.771)	(41.742)	-	-
Ativo financeiro setorial	(368.991)	(125.456)	(166.200)	(56.508)
Outras adições temporárias	92.552	31.467	133.207	45.290
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações	(144.725)	(49.207)	27.039	9.193
Ajustes a valor presente	(2.351.535)	(799.522)	(2.417.353)	(821.900)
Mais Valia	(1.942.736)	(660.530)	(2.402.633)	(816.895)
Deságio sobre investimento	(188.407)	(64.058)	(188.939)	(64.239)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(239.430)	(81.406)	(275.157)	(93.553)
Outras exclusões temporárias	(60.102)	(20.435)	(22.281)	(7.576)
Total	(1.461.505)	(935.904)	(2.381.257)	(1.081.013)
Total - Ativo Não Circulante	1.862.235	448.567	1.499.672	483.873
Total Passivo Não Circulante	(4.071.974)	(1.384.471)	(4.604.960)	(1.565.686)

Seguem as realizações dos créditos fiscais:

Exercício	Consolidado
2016	61.832
2017	70.404
2018	74.905
2019	48.562
2020	65.387
2021 a 2025	127.477
Total	448.567

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2015	2014
Lucro antes dos impostos das operações continuadas	171.340	2.140.916
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(58.256)	(727.911)
Ajustes:		
Equivalência patrimonial	86.358	289.116
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não utilizados	(29.673)	-
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores Constituídos no Exercício	-	3.742
Exclusão Receitas Financeiras - Refis Lei 12.996/14	-	(386)
Outras adições (exclusões)	-	(10.066)
Compensação 30% prejuízos fiscais exercícios anteriores	-	134.249
Imposto de renda e contribuição social	(1.571)	(311.256)
Alíquota efetiva	0,92%	14,54%

	Consolidado	
	2015	2014
Lucro antes dos impostos das operações continuadas	161.555	2.379.832
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(54.929)	(809.143)
Ajustes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(991)	-
Realização de Tributos Diferidos - Controladas	26.781	-
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	12.081	-
Exclusão Receitas Financeiras - Refis Lei 12.996/14	-	36.948
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não utilizados	(33.022)	-
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores Constituídos no Exercício	64.666	140.222
Outras Adições/Exclusões	9.401	(94.636)
Compensação 30% prejuízos fiscais exercícios anteriores	-	194.267
Imposto Corrente	(124.262)	(81.706)
Imposto Diferido	148.249	(450.636)
Imposto de renda e contribuição social	23.987	(532.342)
Alíquota efetiva	-	22,37%

(*) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDAM-auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 monta em R\$12.081, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. No exercício a controlada EMT não apurou base de cálculo do lucro de exploração.

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

(**) Nos últimos exercícios sociais, a Caiuá apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, tendo somente constituído créditos tributários incorridos até 31 de dezembro de 2010, de acordo com as normas previstas no CPC.

Em dezembro de 2015, em face da conclusão do processo de renovação de seu contrato de concessão, com a assinatura do quinto aditivo contratual (vide nota explicativa nº 1), a Companhia poderá manter suas atividades de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos. Com a renovação da concessão, a Companhia passou a se enquadrar nas regras estabelecidas na legislação e de acordo com as projeções de resultados para os próximos exercícios, parte dos créditos tributários que possui escriturados em seus registros fiscais serão recuperados no próximos 10 (dez) anos. No exercício de 2015, foram constituídos créditos tributários no montante de R\$64.666.

Uso de estimativas: os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

16 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologado pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária), determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA. Com a aplicação do novo índice de atualização desde a última revisão tarifária, foram apurados efeitos de R\$11.165, registrados em receita financeira na demonstração de resultado do exercício consolidado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR no consolidado o montante de R\$176.220 (R\$19.284 em 2014), incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

O contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo circulante e não circulante no consolidado.

Seguem as modificações ocorridas pelas controladas:

	Saldo 2014	Adições	Baixas	Atualização monetária (1)	Transferência para intangível (2)	Saldo 2015
EMT	878.868	118.221	(3.844)	81.018	-	1.074.263
ETO	428.596	186.934	(15.278)	34.769	-	635.021
EMS	318.859	96.807	(1.574)	24.862	-	438.954
CAIUA	131.542	21.858	(6.273)	11.231	(146.133)	12.225
CNEE	64.314	15.682	(1.503)	5.298	(77.482)	6.309
CFLO	20.258	3.031	(354)	1.846	(23.329)	1.452
EEB	133.936	29.169	(1.152)	9.679	(163.939)	7.693
EDEVP	88.716	15.100	(1.557)	7.517	(104.785)	4.991
TOTAL GERAL	2.065.089	486.802	(31.535)	176.220	(515.668)	2.180.908

- (2) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.
- (3) Em dezembro de 2015, foram concluídos os processos de renovação das concessões das controladas, Caiuá Distribuição de Energia, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema, Empresa Elétrica Bragantina e Companhia Força e Luz do Oeste, tem tendo sido publicada Portarias por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu os pedidos de prorrogação do

Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura do Termos Aditivos ao contrato de concessão. Após assinaturas do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foram publicados, no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2015, os Extratos dos Termos Aditivos que oficializaram a prorrogação da concessão das Distribuidoras até o dia 07 de julho de 2045.

As controladas de acordo com o novo prazo de exploração da concessão ora renovada efetuou novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos de amortizações, tendo reclassificado o montante de R\$515.668 do contas a receber da concessão para o intangível em serviços.

A ANEEL através do Despacho nº 3.592 de 28 de outubro de 2015, determinou às concessionárias de distribuição de energia elétrica, com os contratos de concessões vencidos a partir de julho de 2015, observarem o tratamento contábil previsto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico com relação aos investimentos não amortizados até a data do término do contrato de concessão, referentes aos bens reversíveis, como também os investimentos realizados após o término do contrato de concessão ou que vierem a ser transferidos para o Intangível em Serviço, sendo depreciados normalmente, cujos efeitos serão considerados para definição do saldo de investimentos a serem contemplados nos processos tarifários subsequentes, como forma de recuperação.

17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Participação em controladas	3.437.947	3.350.056	-	-
Outros	103	103	8.128	4.791
Total	3.438.050	3.350.159	8.128	4.791

Participação em controladas:

2015									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								208.295	2.946.910
Empresa Elétrica Bragançana S.A.	91,45	1.072	40.948	357.912	305.834	52.078	(1.154)	(1.055)	47.626
Companhia Nacional de Energia Elétrica	98,69	2.334	28.000	245.331	156.872	88.459	20.529	20.259	87.301
Companhia Força e Luz do Oeste	97,70	338.487	11.500	94.201	72.735	21.466	2.087	2.039	20.972
Energisa Tocantins	71,42	380	342.969	1.973.277	1.180.738	792.539	28.200	20.132	566.032
Energisa Mato Grosso	57,67	98.228	1.118.910	5.509.375	3.669.276	1.840.099	17.531	10.117	1.061.185
Energisa Mato Grosso do Sul	63,11	26.819	595.650	3.451.721	2.088.233	1.363.488	61.046	38.530	860.505
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	100,00	283.651	283.267	563.749	400.765	162.984	93.629	93.629	162.984
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	100,00	119.905	119.905	338.004	197.699	140.305	24.644	24.644	140.305
Comercialização								16.636	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	99,91	1	500	108.060	272.740	(164.680)	16.652	16.636	-
Prestação de Serviços								8.164	11.732
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,90	1	1.830	47.792	36.001	11.791	8.117	8.164	11.732
Holdings e demais companhias								20.899	479.305
QMRA Participações S.A.	100,00	2.408.385	1.185.838	67.097	46.020	21.077	1.280	1.279	21.077
Rede Power do Brasil S.A.	99,99	97	70.000	507.212	50.493	456.719	20.257	20.258	456.661
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	100,00	1	1.112	1.602	187	1.415	345	(600)	1.415
Cia Geral	63,97	5	443	-	33	(33)	(60)	(38)	152
Total								253.994	3.437.947

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$164.530, registrado em provisões para perdas em participações societárias no passivo não circulante.

2014									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								93.507	2.849.405
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	91,45	1.172	40.948	408.070	332.599	75.471	469	488	69.017
Companhia Nacional de Energia Elétrica	98,69	2.365	28.000	216.645	126.830	89.815	12.842	12.747	88.637
Companhia Força e Luz do Oeste	97,70	346.455	11.500	71.328	45.787	25.541	(2.874)	(2.430)	24.954
Energisa Tocantins	71,42	531.932	342.969	1.622.161	842.097	780.064	13.242	12.019	557.122
Energisa Mato Grosso (EMT)	57,67	170.329	1.118.910	5.307.657	3.472.373	1.835.284	32.542	14.591	1.058.409
Energisa Mato Grosso do Sul	63,11	63.116.354	595.650	3.276.565	1.914.085	1.362.480	67.498	42.974	859.861
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	100,00	283.651	283.267	369.663	300.207	69.456	9.863	9.863	69.456
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	100,00	119.905	119.905	301.249	179.300	121.949	3.255	3.255	121.949
Comercialização								452.542	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	99,91	1	500	102.756	284.088	(181.332)	459.289	452.542	-
Prestação de Serviços								1.408	6.448
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,90	1	1.830	24.883	18.403	6.480	1.000	1.408	6.448
Holdings e demais companhias								302.884	494.203
QMRA Participações S.A.	100,00	2.408.385	1.185.838	59.696	39.897	19.799	122.141	122.134	19.799
Rede Power do Brasil S.A.	99,99	98	70.000	510.678	56.227	454.451	167.485	180.067	454.391
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	100,00	25	25.438	20.255	386	19.869	1.756	973	19.869
Cia Geral	63,97	8	443	28	47	(19)	(25)	(290)	144
Total								850.341	3.350.056

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$181.166, registrado em provisões para perdas em participações societárias no passivo não circulante.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 2014	Subscrição, aquisição e AFAC	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2015
Distribuição	2.849.405	13.314	(124.948)	844	208.295	2.946.910
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	69.017	-	(20.411)	75	(1.055)	47.626
Companhia Nacional de Energia Elétrica	88.637	-	(21.570)	(25)	20.259	87.301
Companhia Força e Luz do Oeste	24.954	-	(5.969)	(52)	2.039	20.972
Energisa Tocantins	557.122	-	(11.281)	59	20.132	566.032
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.058.409	-	(8.526)	1.185	10.117	1.061.185
Energisa Mato Grosso do Sul	859.861	13.314	(51.190)	(10)	38.530	860.505
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	69.456	-	-	(101)	93.629	162.984
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	121.949	-	(6.001)	(287)	24.644	140.305
Comercialização	-	-	-	-	16.636	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	16.636	-
Prestação de Serviços	6.448	-	(3.007)	127	8.164	11.732
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	6.448	-	(3.007)	127	8.164	11.732
Holdings e demais companhias	494.203	(9.186)	(26.605)	(6)	20.899	479.305
QMRA Participações S.A.	19.798	-	-	-	1.279	21.077
Rede Power do Brasil S.A.	454.392	7.768	(25.751)	(6)	20.258	456.661
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A. (2)	19.869	(17.000)	(854)	-	(600)	1.415
Cia Geral	144	46	-	-	(38)	152
Total	3.350.056	4.128	(154.560)	965	253.994	3.437.947

(1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;

(2) Refere-se a redução do capital da controlada.

Controladas	Saldo em 2013	Investimento cujo controle foi readquirido 11/04/2014 (3)	Subscrição, aquisição e AFAC	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial (4)	Saldo em 2014
Distribuição	-	2.734.215	59.830	(44.353)	6.206	93.507	2.849.405
Empresa Elétrica Bragantina S.A.(1)		74.554	-	(6.395)	370	488	69.017
Companhia Nacional de Energia Elétrica(1)		85.030	-	(9.332)	192	12.747	88.637
Companhia Força e Luz do Oeste(1)		27.912	-	(1.221)	693	(2.430)	24.954
Energisa Tocantins (1)		518.841	37.240	(12.575)	1.597	12.019	557.122
Energisa Mato Grosso (EMT)(1)		1.051.509	-	(9.818)	2.127	14.591	1.058.409
Energisa Mato Grosso do Sul(1)		821.701	-	(5.012)	198	42.974	859.861
Caiuá Distribuição de Energia S.A.(1)		36.318	22.590	-	685	9.863	69.456
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.(1)		118.350	-	-	344	3.255	121.949
Comercialização	-	-	3.066	-	-	452.542	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (2)	-		3.066	-	-	452.542	-
Prestação de Serviços	5.403	-	-	(236)	(127)	1.408	6.448
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	5.403	-	-	(236)	(127)	1.408	6.448
Holdings e demais companhias	204.073	(119.423)	165.263	(2.924)	115	302.884	494.203
QMRA Participações S.A.	3.896	(106.231)	-	-		122.134	19.799
Rede Power do Brasil S.A.	132.716	(13.192)	157.609	(2.924)	115	180.067	454.391
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	11.676	-	7.220			973	19.869
Tangará Energia S.A	55.785	-	-	-	-	(129.505)	-
Cia Geral	-	-	434	-	-	(290)	144
Passivo reclassificado para disponível para venda (5)	-	-	-	-	-	129.505	-
Total	209.476	2.614.792	228.159	(47.513)	6.194	850.341	3.350.056

- (1) Em 2014 o patrimônio líquido foi avaliado a valor justo;
(2) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;
(3) Investimentos avaliados a valor justo, cujos saldos iniciais foram transferidos da rubrica ativos financeiros - investimentos classificados como disponíveis para venda;
(4) Inclui R\$4.177 na ETO e R\$ 4.220 na Vale do Vacaria referente ganhos apurados em novas aquisições de ações; e R\$22.976 referente a perda de capital por redução de percentual de participação;
(5) Ativo transferido para ativos disponíveis para venda.

Provisão para perdas - investimento:

	Controladora	
	2015	2014
Passivo Não circulante - Provisão para perdas em participação societária		
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	164.530	181.166
Total - passivo não circulante	164.530	181.166

18 Imobilizado - Consolidado

Imobilizado	Saldos iniciais 2014	Adição	Transferência	Depreciação	Saldos finais 2015
Imobilizado em Serviço					
Custo:					
Edificações e benfeitorias	325	-	1.230	-	1.555
Máquinas e equipamentos	2.756	-	9.652	-	12.408
Veículos	38.311	-	-	-	38.311
Móveis e utensílios	932	-	319	-	1.251
Total do imobilizado em serviço	42.324	-	11.201	-	53.525
Depreciação acumulada:					
Edificações e benfeitorias	(128)	-	-	(14)	(142)
Máquinas e equipamentos	(2.678)	-	-	(981)	(3.659)
Veículos	(24.729)	-	-	(5.014)	(29.743)
Móveis e utensílios	(482)	-	-	(74)	(556)
Total Depreciação acumulada	(28.017)	-	-	(6.083)	(34.100)
Subtotal Imobilizado	14.307	-	11.201	(6.083)	19.425
Imobilizado em curso	14	11.187	(11.201)	-	-
Total	14.321	11.187	-	(6.083)	19.425

Imobilizado	Saldos iniciais 2013	Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	Adição	Transferências	Baixas	Amortização/ Depreciação	Reclassificação para ativos disponíveis à venda	Saldos finais 2014
Imobilizado em Serviço								
Custo:								
Terrenos	1.741	-	-	2	-	-	(1.743)	-
Reservatório, Barragens e Adutoras	74.069	-	-	219	-	-	(74.288)	-
Edificações e benfeitorias	25.288	325	-	(1.695)	-	-	(23.593)	325
Máquinas e equipamentos	140.195	9	-	1.707	(75)	-	(139.080)	2.756
Veículos	302	38.311	-	7	-	-	(309)	38.311
Móveis e utensílios	1.231	14	-	(129)	-	-	(184)	932
Total do imobilizado em serviço	242.826	38.659	-	111	(75)	-	(239.197)	42.324
Depreciação acumulada:								
Reservatório, Barragens e Adutoras	(15.902)	-	-	(104)	-	(1.176)	17.182	-
Edificações e benfeitorias	(5.746)	(113)	-	962	-	(766)	5.535	(128)
Máquinas e equipamentos	(37.102)	(7)	-	(1.240)	45	(3.250)	38.876	(2.678)
Veículos	(213)	(19.255)	-	-	-	(5.507)	246	(24.729)
Móveis e utensílios	(918)	(14)	-	382	12	(38)	94	(482)
Total Depreciação acumulada	(59.881)	(19.389)	-	-	57	(10.737)	61.933	(28.017)
Subtotal Imobilizado	182.945	19.270	-	111	(18)	(10.737)	(177.264)	14.307
Imobilizado em curso	198	-	342	(111)	-	-	(415)	14
Total	183.143	19.270	342	-	(18)	(10.737)	(177.679)	14.321

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia e suas controladas são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas (%)
Reservatório, barragens, adutoras e terras	2,00
Edificações e benfeitorias	3,38
Máquinas e equipamentos	6,25
Veículos	14,29
Móveis e utensílios	6,25

19 Intangível

Intangível - Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

Intangível	Saldo inicial 2014	Adição	Adição - Ativo contas a receber da concessão(*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização/ Depreciação	Saldo final 2015
Intangível em Serviço							
Custo	9.554.046	-	726.993	512.807	(117.193)	-	10.676.653
Amortização Acumulada	(4.074.798)	(490)	-	-	75.874	(653.712)	(4.653.126)
Subtotal	5.479.248	(490)	726.993	512.807	(41.319)	(653.712)	6.023.527
Em Curso	792.853	1.173.741	-	(512.807)	(584.341)	-	869.446
Total Intangível	6.272.101	1.173.251	726.993	-	(625.660)	(653.712)	6.892.973
(-) Obrigações vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	1.675.109	50.908	211.325	70.401	(5.299)	-	2.002.444
Amortização Acumulada	(654.542)	(400)	-	-	-	(107.831)	(762.773)
Subtotal	1.020.567	50.508	211.325	70.401	(5.299)	(107.831)	1.239.671
Em Curso	269.902	154.811	-	(70.401)	(127.903)	-	226.409
Total das Obrigações vinculadas à concessão	1.290.469	205.319	211.325	-	(133.202)	(107.831)	1.466.080
Total Intangível	4.981.632	967.932	515.668	-	(492.458)	(545.881)	5.426.893

(*) Adição - ativo contas a receber da concessão - referem-se aos valores do contas a receber da concessão transferidos para o intangível R\$726.993 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$211.325, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 15

(**)Do total das baixas realizadas no exercício findo em 2015 de R\$492.458, R\$486.802 foi transferido para o contas a receber da concessão, (R\$30.364) refere-se a contratos de participação financeira do consumidor que foram cancelados com redução da rubrica de incorporação de redes, (R\$5.299) refere-se a devolução do Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins - Ofício nº 685/2015 SFF/ANEEL e R\$41.319 referem-se a baixas operacionais realizadas no exercício.

Intangível	Saldo inicial 2013	Saldos iniciais consolidados a partir de 11/04/2014	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Reclassificação para ativos disponíveis à venda	Saldo final 2014
Intangível em Serviço								
Custo	1.691	9.384.625	3.486	233.594	(67.927)	-	(1.423)	9.554.046
amortização Acumulada	(617)	(3.622.874)	(62)	-	67.430	(519.062)	387	(4.074.798)
subtotal	1.074	5.761.751	3.424	233.594	(497)	(519.062)	(1.036)	5.479.248
Em Curso	-	704.345	555.405	(233.594)	(233.303)	-	-	792.853
Total Intangível	1.074	6.466.096	558.829	-	(233.800)	(519.062)	(1.036)	6.272.101
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Em Serviço								
Custo	-	1.667.598	17.341	(9.830)	-	-	-	1.675.109
Amortização Acumulada	-	(583.167)	(355)	-	-	(71.020)	-	(654.542)
subtotal	-	1.084.431	16.986	(9.830)	-	(71.020)	-	1.020.567
Em Curso	-	172.502	170.283	9.830	(82.713)	-	-	269.902
Total das Obrigações vinculadas à concessão	-	1.256.933	187.269	-	(82.713)	(71.020)	-	1.290.469
Total Intangível	1.074	5.209.163	371.560	-	(151.087)	(448.042)	(1.036)	4.981.632

(*) Das baixas no total de R\$151.087 foi transferido R\$194.098 para o contas a receber da concessão, (R\$43.508) de bifurcação e R\$496 referem-se a baixas realizadas no exercício.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas são: EDEVP 4,36%, EMT 4,42%, CAIUA 4,29%, ETO 3,90%, EEB 4,12%, CNEE 4,19%, CFLO 4,50%, EMS 4,34%.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2015	2014
Contribuições do consumidor (1)	1.872.893	1.527.961
Participação da União - recursos CDE (2)	1.111.158	1.040.274
Participação do Governo do Estado (2)	247.507	219.360
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	133.068	86.473
(-) Amortização acumulada	(762.773)	(654.542)
Total	2.601.853	2.219.526
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.135.773	929.057
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.239.671	1.020.567
Infraestrutura - Intangível em curso	121.484	183.429
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	104.925	86.473
Total	2.601.853	2.219.526

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

As controladas passaram a amortizar as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) a partir da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em: CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUA (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008) e EEB(Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizado.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3° ciclo de revisão tarifária, sendo a CNEE, EDEVP, CAIUA em 12 de Maio/2012, CFLO em 29 de Junho/2012, ETO em 04 de Julho/2012, EMT,EMS e EEB em 08 de Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

As controladas CAIUA, CNEE, EDEVP, CFLO e EEB, em 31 de dezembro de 2015, apuraram o montante de R\$133.068 (R\$86.473 em 2014), que foi transferido para obrigações especiais em serviço para ser amortizado a partir de dezembro de 2015 (CAIUA, CNEE, EDEVP e EEB) e janeiro de 2016 (CFLO), conforme Resolução Normativa nº660 de 28 de abril de 2015.

A partir do 4° ciclo de revisão tarifária os novos valores decorrentes da Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente deverão ser apropriados em passivos financeiros setoriais - devolução tarifárias, e serão atualizados mensalmente com aplicação da variação do IPCA e será amortizado a partir do início do 5° ciclo tarifário. Em dezembro de 2015 os valores transferidos para outros passivos são: CAIUA (R\$174), EDEVP (R\$203), EEB (R\$314) e CNEE (R\$115).

A ABRADÉE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as controladas procederam ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada.

Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizaram-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média WACC, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Suprimento: (1)				
CCEE	-	-	92.411	58.861
Contratos Bilaterais (1)	-	-	821.146	817.237
Uso de rede básica (1)	-	-	8.887	126
Encargos de Serviço no sistema (1)	-	-	117.157	5.611
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	9.272	11.308
Materiais, serviços e outros (2)	288	262	169.596	126.390
Total	288	262	1.218.469	1.019.533
Circulante	288	262	898.745	665.924
Não Circulante	-	-	319.724	353.609

- (1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$351.140 (R\$427.632 em 2014), dos quais R\$312.125 (R\$351.140 em 2014) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Até 31 de dezembro de 2015 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$141.170 (R\$20.248 em 2014) e reconhecido R\$64.678 (R\$31.920 em 2014) de atualização financeira.
- (2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes relacionados, são como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Empréstimos e Financiamentos - Moeda Nacional	93.488	89.157	1.878.299	1.530.956
Empréstimos e Financiamentos - Moeda Estrangeira	-	-	904.786	184.241
Encargos de dívidas - Moeda Nacional	-	-	7.788	9.875
Encargos de dívidas - Moeda Estrangeira	-	-	6.372	36
(-) Custos à amortizar	-	-	(2.304)	(1.103)
(-) Marcação à mercado de dívidas	-	-	(2.406)	-
Total	93.488	89.157	2.792.535	1.724.005
Circulante	468	1.036	420.421	269.407
Não Circulante	93.020	88.121	2.372.114	1.454.598

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (1)
	2015	2014					
REDE ENERGIA S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	4.276	4.026	1,0% a.a (Pré)	nov-35	Final	6,10%	E
Credores "RJ" - BNB	9.428	9.408	1,0% a.a (Pré)	nov-35	Final	6,10%	E
Credores "RJ" - Opção "C"	79.784	75.723	1,0% a.a (Pré)	nov-35	Final	6,10%	-
Total em Moeda Nacional	93.488	89.157					
Total Rede Energia S.A.	93.488	89.157					
EMT							
FIDIC Grupo Energisa IV	354.197	353.870	TR + 8,00% a.a.	out-34	Mensal	9,80%	E
CCB - Fibra	-	7.971	-	-	-	-	-

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (1)
	2015	2014					
CCB - JP Morgan	21.085	35.959	CDI + 2,00% a.a.	mai-17	Mensal	15,24%	E
CCB - Santander	32.335	32.270	CDI + 2,30% a.a.	jun-17	Mensal	15,54%	E + A
CCB - Bank of China	30.027	-	CDI + 2,50% a.a.	nov-16	Final	15,74%	A
Leasing - HP	-	27	-	-	-	-	-
FINAME - Safra	28	109	TJLP + 3,90 a 6,50% a.a.	abr-16	Mensal	10,90% a 13,50%	a -
Luz para Todos I - Eletrobrás	160.391	203.332	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago-22	Trimestral	6,0 a 8,0%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás	144.191	144.187	SELIC	nov-19	Mensal	13,32%	-
Repasse BNDES - Bradesco (1)	62.855	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	a A
Repasse BNDES - Itaú (1)	57.964	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	a A
Repasse BNDES - Bradesco (1)	49.710	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Itaú (1)	45.843	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Total em Moeda Nacional	958.626	777.725					
Resolução 4131-Bank of America ML (2)	20.143	23.371	1,50% a.a. (Pré)	mai-17	Mensal	48,51%	D
Leasing - Cessna Finance	46.744	35.898	6,75% a.a. (Pré)	set-20	Trimestral	53,76%	C
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	(298)	-					
Total em Moeda Estrangeira	66.589	59.269					
Total EMT	1.025.215	836.994					
EMS							
FIDIC Grupo Energisa IV	292.156	289.856	TR + 8,00% a.a.	out-34	Mensal	9,80%	E
FINAME I - Safra	20	381	8,00% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	8,00%	B
FINAME II - Safra	5	96	TJLP + 5,70% a.a.	mar-16	Mensal	12,70%	B
Repasse BNDES - Bradesco (1)	29.976	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	a A
Repasse BNDES - Itaú (1)	26.445	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	a A
Repasse BNDES - Bradesco (1)	23.400	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Itaú (1)	20.643	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Luz para Todos - Eletrobrás	40.469	52.647	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	mai-22	Trimestral	6,0 a 8,0%	-
Leasing - HP	-	29	-	-	-	-	-
Leasing - Volkswagen	-	246	-	-	-	-	-
Nota Promissória de crédito - Itaú	-	105.413	-	-	-	-	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(624)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	432.490	448.668	-	-	-	-	-
Resolução 4131-Bank of America I ML (2)	123.016	-	2,00% a.a. (Pré)	jun-17	Final	49,01%	A
Resolução 4131-Bank of America ML II (2)	36.186	-	1,90% a.a. (Pré)	set-16	Final	48,91%	A
Resolução 4131-Bank of America ML III (2)	29.788	-	3,52% a.a. (Pré)	ago-16	Final	50,53%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	(3.659)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	185.331	-					
Total EMS	617.821	448.668					
ETO							
Luz para Todos I - Eletrobrás	38.236	57.779	6,0% a 6,50% a.a.	abr-22	Mensal	6,0% a 6,50%	E
Luz para Todos II - Eletrobrás	67.341	67.369	SELIC	nov-19	Mensal	13,32%	-
CCB - Santander	83.870	83.659	CDI + 2,28% a.a.	jun-19	Mensal	15,52%	E
Repasse BNDES - Bradesco (1)	53.850	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	a A
Repasse BNDES - Itaú (1)	23.654	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96% a 11,26%	a A
Repasse BNDES - Bradesco (1)	37.233	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Repasse BNDES - Itaú (1)	16.354	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	17,66%	A
Leasing - HP	-	12	-	-	-	-	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.680)	(1.103)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	318.858	207.716					
Resolução 4131 - Itaú (2)	256.180	-	2,72% a.a. (Pré)	jun-19	Mensal	49,73%	E
Resolução 4131-Bank of America I ML (2)	51.384	-	1,48% a.a. (Pré)	dez-16	Final	48,49%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	40	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	307.604	-					
Total ETO	626.462	207.716					

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (1)
	2015	2014					
CAIUA							
Luz para Todos - Eletrobrás	248	564	6,0% a.a. (Pré)	set-16	Mensal	6,00%	E
CCB - Santander	8.589	8.578	CDI + 2,28% a.a.	jun-19	Mensal	15,52%	E + A
Repasse BNDES I - Itaú (1)	14.126	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96%	a A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	8.517	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	11,26%	A
Leasing - HP	-	24	-	-	-	17,66%	A
Total em Moeda Nacional	31.480	9.166					
Resolução 4131 - Itaú BBA (2)	101.456	68.986	3,40% a.a. (Pré)	nov-17	Mensal	50,41%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (2)	50.364	-	1,85% a.a. (Pré)	jun-17	Mensal	48,86%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	(1.720)	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	150.100	68.986					
Total CAIUA	181.580	78.152					
CNEE							
Luz para Todos - Eletrobrás	53	117	6,0% a.a. (Pré)	set-16	Mensal	6,00%	E
Repasse BNDES I - Itaú (1)	4.116	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96%	a A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	7.551	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	11,26%	A
Leasing - HP	-	8	-	-	-	17,66%	A
Total em Moeda Nacional	11.720	125					
Resolução 4131 - ABC (2)	12.699	-	3,28% a.a. (Pré)	jul-16	Final	50,29%	E
(+) Marcação à Mercado de Dívida (3)	65	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	12.764	-					
Total CNEE	24.484	125					
CFLO							
Luz para Todos - Eletrobrás	125	189	6,0% a.a. (Pré)	jul-18	Mensal	6,00%	E
Repasse BNDES I - Itaú (1)	2.103	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96%	a A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	1.535	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	11,26%	A
Leasing - HP	-	7	-	-	-	17,66%	A
Total em Moeda Nacional	3.763	196					
Resolução 4131 - Itaú BBA (2)	31.078	-	3,83% a.a. (Pré)	fev-16	Final	50,84%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (3)	101	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	31.179	-					
Total CFLO	34.942	196					
EDEVP							
Luz para Todos - Eletrobrás	209	478	6,0% a.a. (Pré)	set-16	Mensal	6,00%	E
Repasse BNDES I - Itaú (1)	4.436	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96%	a A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	7.821	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	11,26%	A
Leasing - HP	-	12	-	-	-	17,66%	A
Total em Moeda Nacional	12.466	490					
Resolução 4131 - ABC (2)	25.396	-	3,28% a.a. (Pré)	abr-17	Final	50,29%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (3)	130	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	25.526	-					
Total EDEVP	37.992	490					
EEB							
Luz para Todos - diversos - Eletrobrás	2.390	3.182	6,0% a.a. (Pré)	jul-22	Mensal	6,00%	E
Repasse BNDES I - Itaú (1)	5.706	-	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	10,96%	a A
Repasse BNDES II - Itaú (1)	9.031	-	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	11,26%	A
Leasing - HP	-	11	-	-	-	17,66%	A
Total em Moeda Nacional	17.127	3.193					
Resolução 4131 - Itaú (2)	15.609	10.613	3,40% a.a. (Pré)	nov-17	Mensal	50,41%	A
Resolução 4131 - Santander (2)	59.305	-	4,74% a.a. (Pré)	dez-16	Mensal	51,75%	A
Resolução 4131 - ABC (2)	51.810	45.409	4,96% a.a. (Pré)	ago-17	Final	51,97%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (3)	2.935	-	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	129.659	56.022					
Total EEB	146.786	59.215					

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (1)
	2015	2014					
CTCE							
Credores "RJ" - BMG	3.765	3.292	1,0% a.a (Pré)	nov-35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	3.765	3.292					
Total CTCE	3.765	3.292					
CONSOLIDADO							
Em Moeda Nacional	1.883.783	1.539.728					
Em Moeda Estrangeira	908.752	184.277					
Total Rede Consolidada	2.792.535	1.724.005					

A=Aval Energisa S/A, B=Alienação Fiduciária, C=Depósito Caução, D=Fiança, E=Recebíveis

- (1) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, já enquadrado para as oito subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social do controlador final Energisa de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa .

Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados R\$512.421, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	216.167
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energisa S/A	100.367
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	131.004
Caiuá Distribuição de Energia S/A	22.621
Empresa Elétrica Bragantina S/A	14.724
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	12.246
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	11.657
Companhia Força e Luz do Oeste	3.635
Total	<u>512.421</u>

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S.A. Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.

- (2) Os contratos junto ao Bank of America Merrill Lynch, Citibank, Itaú BBA e Santander possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 37). Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). Em 31 de dezembro de 2015, os índices foram cumpridos.
- (3) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 37).
- (4) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos exercícios:

Moeda/indicadores	2015	2014
US\$ x R\$	47,01%	13,39%

TJLP	7,00%	5,00%
SELIC	13,32%	10,90%
CDI	13,24%	10,81%
IPCA	10,67%	6,41%
IGP-M	10,54%	3,67%
LIBOR	0,29%	0,23%
UMBNB	0,06%	0,05%
TR	1,80%	0,86%

Em 31 de dezembro de 2015, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2017	-	673.012
2018	-	360.994
2019	-	314.639
2020	-	167.208
Após 2020	93.020	856.261
Total	93.020	2.372.114

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial em 2015 e 2014	89.157	1.111.084	1.724.005	1.450.673
Saldo inicial consolidado a partir de 11/04/2014	-	-	-	1.821.298
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	1.333.931	967.160
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	1.263	94.182	366.365	287.286
Marcação Mercado Dívida	-	23.536	(2.407)	23.536
Descontos obtidos credores - Opção "C"	-	(1.364.746)	-	(1.364.746)
Reversão MTM Bond Perpétuo	-	674.278	-	674.278
Transferência Partes Relacionadas	-	(404.167)	-	(404.167)
Reversão ajuste a valor presente	4.184	72.514	4.184	72.514
Provisão de ajuste a valor presente - credores opção "A"	-	(108.149)	-	(196.376)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda	-	-	-	(231.166)
Pagamento de principal	-	-	(481.977)	(1.245.413)
Pagamento de juros	(1.116)	(9.375)	(151.566)	(130.872)
Saldo final em 2015 e 2014	93.488	89.157	2.792.535	1.724.005
Circulante	468	1.036	420.421	269.407
Não circulante	93.020	88.121	2.372.114	1.454.598

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como seguem:

Empresas	Contratos	2016	2017	2018 em diante	Total
ETO	Banco Santander	328	161	242	731
	Banco Itaú BBA - BNDES	162	160	627	949
	TOTAL	490	321	869	1.680
EMS	Banco Itaú BBA - BNDES	107	105	412	624
	TOTAL	107	105	412	624
TOTAL		597	426	1.281	2.304

22 Debêntures (não conversíveis em ações)

Empresa	Operações	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2015	2014	
REDE ENERGIA	Em moeda nacional					
	Debentures 4ª Emissão	1.400	43.335	44.735	38.136	(1)
	Total em moeda nacional	1.400	43.335	44.735	38.136	
	Total REDE ENERGIA	1.400	43.335	44.735	38.136	
ETO	Em moeda nacional					
	Debentures 1ª Emissão		40.270	50.680	50.431	(2)

		10.410				
	Total em moeda nacional	10.410	40.270	50.680	50.431	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(126)	(130)	(256)	(390)	
	Total ETO	10.284	40.140	50.424	50.041	
EMS	Em moeda nacional					
	Debentures 7ª Emissão	52.202	353.240	405.442	405.090	(2)
	Total em moeda nacional	52.202	353.240	405.442	405.090	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(788)	(1.601)	(2.389)	(3.198)	
	Total EMS	51.414	351.639	403.053	401.892	
EMT	Em moeda nacional					
	Debentures 2ª Emissão	-	-	-	40.431	
	Debentures 5ª Emissão	61.538	397.395	458.933	457.269	(2)
	Total em moeda nacional	61.538	397.395	458.933	497.700	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(908)	(1.785)	(2.693)	(3.647)	
	Total EMT	60.630	395.610	456.240	494.053	
CONSOLIDADO	Sub - total em moeda nacional	125.550	834.240	959.790	991.357	
	(-) custos de captação incorridos na contratação	(1.822)	(3.516)	(5.338)	(7.235)	
	Total em moeda nacional	123.728	830.724	954.452	984.122	
	TOTAL	123.728	830.724	954.452	984.122	

- (1) As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$294.297 de ajuste a valor presente.
- (2) As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2015, as exigências contratuais foram cumpridas.

Principais características:

Empresa	Operação	Características da Operação			Custo da Dívida			Ref.
		Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)	
REDE ENERGIA	Debentures 4ª Emissão	jul/36	Final	Quirografária	-	-	1%a.a.	1,00%
ETO	Debentures 1ª Emissão	mai/19	Mensal, após jun.2016	Quirografária	CDI	+	2,28%a.a	15,52%
EMS	Debentures 7ª Emissão	mai/21	Semestral	Quirografária	CDI	+	2,28%a.a	15,52%
EMT	Debentures 5ª Emissão	mai/21	Mensal, após jun.2016	Flutuante	CDI	+	2,28%a.a	15,52%

Empresa	Operação	Características da Operação						Ref.
		Tipo de Emissão	Data de emissão	Quantidade de Títulos	Vr. na Data de Emissão	Títulos em Circulação	Carência de Juros	
REDE ENERGIA	Debentures 4ª Emissão	Pública	22/12/2009	370.000	370.000	-	6 meses	
ETO	Debentures 1ª Emissão	Pública	31/05/2014	5.000	50.000	5.000	24 meses	
EMS	Debentures 7ª Emissão	Pública	31/05/2014	40.000	400.000	40.000	24 meses	
EMT	Debentures 5ª Emissão	Pública	15/05/2014	45.000	450.000	45.000	24 meses	

Em 31 de dezembro de 2015, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	-	185.800
2018	-	185.800
2019	-	176.106
2020	-	169.188
Após 2020	43.335	113.830
Total	43.335	830.724

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como seguem:

2015				
	EMT	ETO	EMS	Consolidado
	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2016	908	126	788	1.822
Exercício 2017	404	52	362	818
Após 2017	1.381	78	1.239	2.698
	2.693	256	2.389	5.338

2014				
	EMT	ETO	EMS	Consolidado
	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2015	954	-	778	1.732
Exercício 2016	314	76	282	672
Após 2016	2.379	314	2.138	4.831
	3.647	390	3.198	7.235

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldos iniciais em 2015 e 2014	38.136	410.126	984.122	410.126
Saldos iniciais adquiridos em 11/04/2014	-	-	-	272.103
Novas debêntures obtidas	-	-	-	1.019.154
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	4.170	2.830	143.126	96.203
Ajuste a valor presente	5.768	3.208	5.768	3.208
Descontos obtidos credores - Opção "C"	-	(58.440)	-	(58.440)
(Provisão) Reversão de ajuste a valor presente credores Opção "A"	-	(297.304)	-	(297.304)
Transferência Partes Relacionadas	-	(19.480)	-	(19.480)
Pagamento de principal	-	-	(40.190)	(72.933)
Pagamento de juros	(3.339)	(2.804)	(138.374)	(243.343)
Passivos relacionados a ativos disponíveis para venda	-	-	-	(125.172)
Saldos finais em 2015 e 2014	44.735	38.136	954.452	984.122
Circulante	1.400	1.012	123.728	52.336
Não circulante	43.335	37.124	830.724	931.786

23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	227.490	156.338
Encargos Sociais	4	67	13.955	10.266
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	19.127	4.732
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL	-	-	8.508	954
Contribuições ao PIS e a COFINS	141	5	84.336	37.192
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	261	1.201	2.267	2.734
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	-	-	575	15
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	262	276	519	556
Outros	15	70	8.318	4.317
Total	683	1.619	365.095	217.104
Circulante	683	1.619	327.531	201.090
Não Circulante	-	-	37.564	16.014

(a) As controladas CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, possuem liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do baixa renda, com depósito judicial. Os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

24 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos estaduais e federais, com os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	EMT	REDE SUL	2015	2014
LEI 11.941	-	-	-	726
COFINS	-	1.081	1.081	2.574
ICMS	2.897	91.041	93.938	105.007
TOTAL	2.897	92.122	95.019	108.307
Circulante	2.897	14.091	16.988	20.308
Não Circulante	-	78.031	78.031	87.999

Os parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual existentes na Rede Sul no montante R\$91.041 (R\$99.111 em 2014), estão distribuídos da seguinte forma: R\$29.170 (R\$31.556 em 2014) na CAIUÁ, R\$16.877 (R\$18.257 em 2014) na CNEE, R\$21.735 (R\$23.512 em 2014) na EDEVP, R\$21.616 (R\$23.378 em 2014) na EEB e R\$1.643 (R\$2.408 em 2014) na CFLO.

Abaixo, número máximo de parcelas restantes para cada tipo de parcelamento:

Descrição	EMT	REDE SUL
COFINS	-	2
ICMS	8	87
	8	89

Posição em 31 de dezembro de 2015:

	Valor original	Multa	Juros	Total
COFINS	318	35	728	1.081
ICMS	60.864	6.922	26.152	93.938
TOTAL	61.182	6.957	26.880	95.019

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2015	2014
2015	-	20.308
2016	16.988	16.210
2017	16.149	14.214
2018	13.958	13.150
2019	12.723	11.977
2020	11.744	10.945
Após	23.457	21.503
Total	95.019	108.307
Circulante	16.988	20.308
Não circulante	78.031	87.999

25 Encargos setoriais - consolidado

	2015	2014
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	-	7.502
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	123.990	1.477
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.180	1.538
Ministério de Minas e Energia - MME	1.587	536
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	108.951	81.264
Programa de Eficiência Energética - PEE	204.137	172.140
Total	441.845	264.457
Circulante	276.990	162.858
Não circulante	164.855	101.599

O contrato de concessão das controladas estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

26 Taxas regulamentares - consolidado

	2015	2014
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	66.863	73.625
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	-	125.132
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	114.996
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	106.637	155.113
Total	173.500	468.866
Circulante	20.373	291.280
Não circulante	153.127	177.586

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 12 de agosto de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP foram totalmente liquidados.

27 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, nº 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, nº 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS e ETO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Conforme art. 7º da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013, o prazo de que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa nº. 229, de 8 de agosto de 2006, passou a ser 31 de dezembro de 2016.

As incorporações de redes particulares em 31 de dezembro de 2015 montam em R\$294.625 (R\$363.293 em 2014) sendo R\$109.463 (R\$184.933 em 2014) no circulante e R\$185.162 (R\$178.360 em 2014) no não circulante. Os encargos estão sendo calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	2015	2014
Saldos em 2014 e 2013	363.293	270.265
Adição	53.996	61.164
Atualização	42.590	57.470
Baixas (*)	(165.254)	(25.606)
Saldos em 2015 e 2014	294.625	363.293
Circulante	109.463	184.933
Não circulante	185.162	178.360

(*) Deste total, R\$149.546 (R\$25.606 em 2014) refere-se a pagamentos e R\$15.708 a processos indeferidos.

28 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidadas.

Risco provável - composição e movimentações

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 2015	Total 2014
Saldos iniciais - Não Circulante 2015 e 2014	157.753	326.072	54.846	538.671	562.568
Provisão para riscos	61.582	105.501	11.066	178.149	189.159
Reversões de provisões	(56.737)	(133.675)	(20.079)	(210.491)	(207.820)
Pagamentos	(16.563)	(41.771)	(15.454)	(73.788)	(31.906)
Atualização	10.984	20.011	3.477	34.472	26.670
Saldos finais - Não Circulante 2015 e 2014	157.019	276.138	33.856	467.013	538.671
Depósitos e cauções vinculados (*)				(67.989)	(77.777)

(*) Refere-se a cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante consolidado, no montante de R\$119.862 (R\$91.764 em 2014). Desse total, R\$51.873 (R\$13.987 em 2014), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

As contingências cujos prognósticos de êxito são possíveis ou prováveis foram avaliadas a valor justo de acordo com o CPC 15 (R1).

Perdas prováveis

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o

efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

No exercício foram constituídas cerca de R\$61.582 de aumento de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$16.563, e por consequência reverteram provisões de R\$56.737. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por acordo de pagamento.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

As provisões cíveis no exercício foram incrementadas em mais R\$105.501, principalmente relacionadas a novas ações e ao aumento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões suscitadas por consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétricas. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$41.771, e por consequência reverteram provisões de R\$133.675. Os arquivamentos dos processos está basicamente relacionado as ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente e encerradas por acordo de pagamento.

- **Fiscais**

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

O incremento de novas provisões no exercício foram de R\$11.066, principalmente relacionadas recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS , entretanto a Companhia realizou pagamentos da ordem de R\$15.454, e por consequência reverteu provisões de R\$20.079.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

A reversão da provisão no exercício foi ocasionada principalmente pela baixa na controlada EMT de processos de cobrança indevida de diferencial de alíquota de ICMS pela SEFAZ de Mato Grosso, em virtude de pagamento realizado no âmbito de programa de parcelamento (pagos em parcela única, com benefícios), após julgamento parcialmente procedente do auto de infração correlato.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$2.213.678 (R\$2.183.254 em 2014) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Apresentam-se, a seguir, as ações consideradas com riscos possíveis:

• Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$74.142 (R\$79.308 em 2014), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.361.339 (R\$1.740.557 em 2014) no consolidado, discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia; e multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontra em processo de defesa administrativa; bem como as ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que estão em processo de defesa administrativa. Sendo válido destacar que houve alteração do prognóstico em processo proposto pelo Ministério Público Estadual, com valor envolvido de R\$70.721, onde se discute o procedimento adotado para cobranças de energia consumida de forma irregular.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$778.197 (R\$363.389 em 2014), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia a locados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

A variação ocorrida no exercício refere-se principalmente pela inserção de um processo administrativo principalmente da controlada indireta EMT envolvendo ICMS sobre a demanda de energia, de compensação de débitos fiscais, com investimentos realizados pela Companhia no sistema elétrico, no âmbito dos Decretos Estaduais n.ºs 1.171/2012 e 2.042/2013 (Lei da Copa).

Com relação ao processo referente a incidência do ICMS sobre a demanda de energia, que deixou de ser arrecadado em virtude de decisões judiciais determinando a suspensão da exação, anteriormente obtidas por consumidores, a controlada indireta EMT vem mantendo discussões com a Secretaria da Fazenda do Mato Grosso, após a cassação das referidas decisões judiciais, de modo a compor a forma mais eficaz de propiciar a arrecadação e recolhimento do tributo. As discussões envolvem consumidores industriais e comerciais organizados por seus respectivos órgãos de classe, que representam os principais devedores do ICMS sobre demanda, para construção de proposta conjunta a ser levada ao Estado, que permita o recolhimento do tributo em plano de parcelamento específico, preferencialmente mediante adesão direta pelos consumidores. Em 2015, o processo de ICMS sobre demanda montava em R\$297.710, que somado as discussões já existentes totaliza R\$569.027, para o qual a controlada não constituiu provisão baseada na avaliação de seus consultores jurídicos de que a perda seria possível.

Uso de estimativas - As controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

29 Patrimônio líquido

29.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.245.787 (R\$2.245.787 em 2014), representando 1.714.895 (1.714.895 em 2014) ações nominativas, sendo 1.182.320 (1.182.320 em 2014) ações ordinárias e 532.575 (532.575 em 2014) ações preferenciais, sem valor nominal.

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias e não tem direito de voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial faz jus a:

- Recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de lucros, bonificações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas.

29.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

29.3 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2015	2014
EMT (*)	SUDAM	114/2014	-	-
ETO	SUDAM	113/2014	10.165	-
Total			10.165	-

(*) A controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas.

29.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	409.115	1.700.155
Realização de Reserva de Reavaliação	50.944	886
Dividendos prescritos	114	-
Absorção de prejuízos acumulados	(354.511)	(1.701.041)
Reserva legal (5%)	(2.730)	-
Lucro líquido ajustado para cálculo dos dividendos	102.932	-
 Dividendos obrigatórios (25%)	 25.705	 -
Dividendos adicionais propostos (*)	77.227	-
Total dos dividendos	102.932	-
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	-

(*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

27.1 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização reflexa do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2015 e 2014:

	2015	2014
Saldo inicial - 2014 e 2013	6.194	-
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados - reflexo	1.462	9.385
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(497)	(3.191)
Saldo final - 2015 e 2014	7.159	6.194

27.2 Ajuste de avaliação patrimonial

	2015	2014
Saldo inicial - 2014 e 2013	50.944	51.830
Baixa do Custo atribuído/ ajuste avaliação controlada Tangará Energia S/A	(50.944)	-
(-) Realização custo atribuído	-	(886)
Saldo final - 2015 e 2014	-	50.944

30 Receita operacional - consolidada

	2015			2014		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	2.863.341	6.397.365	4.084.704	2.755.258	4.489.339	2.116.406
Industrial	37.902	2.441.498	1.606.286	55.710	1.939.012	887.711
Comercial	271.632	3.858.575	2.534.005	266.433	2.738.405	1.354.758
Rural	360.010	1.931.418	904.119	355.896	1.427.543	384.794
Poder Público	34.132	1.051.911	543.503	33.805	646.004	305.231
Iluminação Pública	4.569	739.660	282.913	4.279	585.841	138.286
Serviço Público	4.221	505.131	282.042	4.050	412.761	137.505
Consumo Próprio	879	23.880	-	830	17.490	-
Subtotal	3.576.686	16.949.438	10.237.572	3.476.261	12.256.395	5.324.691
Suprimento Faturado	-	818.347	292.087	-	353.654	142.242
Fornecimento não Faturado Líquido	-	18.932	104.507	-	5.229	27.635
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	172	-	352.412	164	-	101.174
Receita de Construção(1)	-	-	1.069.718	-	-	525.668
Serviços Especializados	-	-	1.979	-	-	11.023
(-) Ultrapassagem Demanda e excedente de Reativos (2)	-	-	(47.401)	-	-	(49.620)
Constituição e Amortiz - CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	153.544	-	-	164.347
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	524.177	-	-	392.354
Outras receitas operacionais	-	-	70.122	-	-	134.223
Total - receita operacional bruta	3.576.858	17.786.717	12.758.717	3.476.425	12.615.278	6.773.737
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	2.217.506	-	-	1.202.836
PIS	-	-	191.546	-	-	106.388
COFINS	-	-	871.746	-	-	475.023
ISS	-	-	1.994	-	-	415
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (4)	-	-	147.764	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	34.842	-	-	19.661
Conta de Desenvolvimento Energia CDE	-	-	1.213.140	-	-	60.339
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	-	-	34.812	-	-	19.660
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	9.035	-	-	-
Total - deduções da receita operacional	-	-	4.722.385	-	-	1.884.322
Total receita operacional líquida	3.576.858	17.786.717	8.036.332	3.476.425	12.615.278	4.889.415

- (1) Receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) Inclui R\$806 de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, contabilizado em contrapartida de outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas indiretas CAIUA, EEB, CNEE e EDEVP, conforme Despacho ANEEL nº245/2016.
- (3) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país. A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional. As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram de R\$754.587, tendo sido repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante de R\$147.764.

Para os meses de janeiro a dezembro de 2015 a ANEEL homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	TOTAL
Janeiro	Despacho nº 583 de 04 de março de 2015	(7.163)
Fevereiro	Despacho nº 829 de 30 de março de 2015	(11.013)
Março	Despacho nº 1.356 de 04 de maio de 2015	(18.779)
Abril	Despacho nº 1.743 de 29 de maio de 2015	(31.871)
Maio	Despacho nº 2.131 de 30 de junho de 2015	(31.215)
Junho	Despacho nº 2.440 de 29 de julho de 2015	(28.529)
Julho	Despacho nº 3.386 de 06 de outubro de 2015	(16.257)
Agosto	Despacho nº 3.387 de 06 de outubro de 2015	(27.569)
Setembro	Despacho nº 3.607 de 29 de outubro de 2015	(6.629)
Outubro	Despacho nº 3.887 de 01 de dezembro de 2015	34.861
Novembro	Despacho nº 007 de 5 de janeiro de 2016	(1.110)
Dezembro	Despacho nº 265 de 01 de fevereiro de 2016	(2.490)
		(147.764)

31 Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora			
Natureza do Gasto	Despesas Operacionais Gerais e Administ.	Total	
		2015	2014
Pessoal e administradores	66	66	310
Serviços de terceiros	5.113	5.113	28.817
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	667	667	-
Outras	232	232	1.062
	6.078	6.078	30.189

Consolidado						
Natureza do Gasto	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com Energia Elétrica	De Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e Administ.	2015	2014
Energia elétrica comprada para revenda	4.126.652	-	-	-	4.126.652	2.328.728
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	544.503	-	-	-	544.503	138.191
Pessoal e administradores	-	353.387	23	108.170	461.580	362.500
Entidade de previdência privada	-	10.056	-	3.399	13.455	6.098
Material	-	82.441	166	11.842	94.449	57.144
Serviços de terceiros	-	347.570	876	190.420	538.866	395.199
Depreciação e amortização (1)	-	483.321	-	39.533	522.854	430.891
Provisão (reversão) p/créd. liquidação duvidosa	-	13.599	-	-	13.599	(44.314)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	(41.349)	-	(64.781)	(106.130)	(50.567)
Custo de construção	-	-	1.069.718	-	1.069.718	525.668
Outras	-	162.000	25	112.278	274.303	197.007
	4.671.155	1.411.025	1.070.808	400.861	7.553.849	4.346.545

(1) Inclui R\$29.112 (R\$27.888 em 2014) referente a crédito de PIS e COFINS calculados em relação aos encargos de depreciação e amortização de bens incorporados ao ativo imobilizado e intangível incorridos no exercício.

Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (3)		Energia elétrica comprada p/ revenda	
	2015	2014	2015	2014 (1)
Energia de Itaipú - Binacional	2.903.874	2.048.992	836.261	284.868
Energia de leilão	6.588.156	4.260.194	1.643.597	914.717
Energia bilateral	6.039.998	4.511.994	1.282.007	917.047
Cotas de Angra REN 530/12 (4)	621.474	432.018	109.050	67.996
Energia de curto prazo - CCEE	981.737	595.475	504.901	577.139
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	3.401.364	2.044.690	116.849	63.764
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	400.119	281.785	109.456	79.925
Ressarcimento pela exposição térmica (2)	-	-	(75.535)	(327.443)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(399.934)	(249.285)
Total	20.936.722	14.175.148	4.126.652	2.328.728

(1) Para o exercício de 2014, o montante de energia elétrica comparada para revenda contempla o período de 11 de abril de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

(2) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. Em março de 2015 a ANEEL homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$75.535.

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do exercício pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

(3) Não auditado pelos auditores independentes.

(4) Contempla valor da REN 1585/2013.

32 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas Financeiras				
Recuperação Judicial				
Descontos obtidos credores - Opção "C"	-	1.423.186	-	1.874.976
Reversão de provisão de ajuste a valor presente - Perpétuo	-	(674.278)	-	(674.278)
Provisão de ajuste a valor presente - credores opção "A"	-	405.453	-	493.680
Provisão de recomposição de saldos da Rec. Judicial	-	-	-	3.629
	-	1.154.361	-	1.698.007
Outras receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	2.346	2.133	105.318	78.542
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	104.145	71.930
Variação monetária e cambial	-	81.094	71.677	81.094
Atualização do contas a receber concessão - VNR	-	-	176.220	19.284
Atualização dos contratos de mutuo	18.369	86.926	18.174	86.836
Atualização Depósito Judicial	-	-	12.880	890
Juros recebidos - Selic	-	-	14.023	44.802
Juros ativos financeiros setoriais	-	-	80.964	-
Tributos sobre receita financeira - Pis e Cofins	(728)	-	(3.575)	-
Outras receitas financeiras	7.895	141.307	55.328	161.434
	27.882	311.460	635.154	544.812
Total receitas financeiras	27.882	1.465.821	635.154	2.242.819
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas - Juros	(5.433)	(14.252)	(207.984)	(200.472)
Variação monetária e cambial	-	(82.760)	(366.185)	(214.937)
Marcação a mercado	(3.427)	(23.536)	(25.173)	(23.536)
Marcação a mercado da dívida	-	-	2.407	-
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	5.219	3.445
Instrumentos Financeiros	-	-	137.977	6.003
Atualização dos contratos de mutuo	(87.526)	(142.952)	(74.556)	(72.673)
Ajuste a valor presente	(9.952)	(75.722)	(14.112)	(75.722)
Atualização PEE e P&D	-	-	(24.337)	(13.091)
Despesas com IOF	(2.084)	(3.573)	(16.380)	(13.300)
Redução de multa e juros - Parcelamento Lei 11941/2009	-	-	-	(37.249)
Atualização provisão para riscos	(14)	-	(34.472)	(26.670)
Juros/multa	(2)	(4.158)	(153.612)	(32.995)
Juros de incorporação de redes	-	-	(42.590)	(57.470)
Juros passivos financeiros setoriais	-	-	(31.717)	-
Outras despesas financeiras	(7.335)	(70.269)	(60.847)	(79.011)
Total despesas financeiras	(115.773)	(417.222)	(906.362)	(837.678)

33 Outros resultados

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Outras receitas:				
Ganhos na alienação/desativação	-	-	6.600	9.837
Ajuste a valor justo - investimentos avaliados a custo	-	268.570	-	456.180
Outros	11.315	3.595	21.140	10.695
	11.315	272.165	27.740	476.712
Outras despesas:				
Perdas na alienação/desativação:	-	-	(62.923)	(28.003)
Outros	-	-	(14.537)	(16.888)
	-	-	(77.460)	(44.891)
Total	11.315	272.165	(49.720)	431.821

34 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	Exercícios findos em:	
	2015	2014
Lucro líquido básico por ação - operações continuadas:		
Numerador		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	56.249	606.212
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	113.520	1.223.448
	169.769	1.829.660
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	532.575	365.870
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.182.320	812.232
	1.714.895	1.178.102
Lucro líquido básico por ação (*):		
Ação preferencial	0,1056	1,6569
Ação ordinária	0,0960	1,5063

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

	Exercícios findos em:	
	2015	2014
Lucro líquido básico por ação - operações descontinuadas:		
Numerador		
Lucro líquido do exercício		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas preferenciais	79.301	(42.908)
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas ordinárias	160.045	(86.597)
	239.346	(129.505)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	532.575	365.870
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.182.320	812.232
	1.714.895	1.178.102
Lucro líquido básico por ação (*):		
Ação preferencial	0,1489	(0,1173)
Ação ordinária	0,1354	(0,1066)

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor

	2015	2014
Resultado da operação continuada:	185.542	1.847.490
Acionistas da controladora	169.769	1.829.660
Acionistas não controladores	15.773	17.830
Resultado da operação descontinuada:	239.346	(129.505)
Acionistas da controladora	239.346	(129.505)
Acionistas não controladores	-	-

35 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R\$ mil)	Consolidado	
			2015	2014
Riscos operacionais	23/10/2016	43.000	1.354	844
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	1.817	2.933
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a terceiros	30/11/2016	Até 360/veículo	749	712
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	30/11/2016	898	5	1
Aeronáutico - casco/LUC	30/11/2016	251.559	103	67
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2016	116.096	1.004	739
Multirrisco Hangar	20/11/2016	2.500	4	4
RC Hangar	20/11/2016	41.603	27	77
Compreensivo Empresarial	15/04/2016	750	5	5
Transportes	30/01/2017	Até 2.000/transporte	178	173
			5.246	5.555

Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédios, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

Seguro Aeronáutico

O seguro de Responsabilidade Civil (RETA) e Casco (LUC) garante a cobertura securitária da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados aos passageiros, tripulantes e terceiros.

36 Arrendamento mercantil - consolidado

A controlada EMT possui arrendamento mercantil no montante de R\$8.079 (R\$13.531 em 2014), referente a aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$5.452 (R\$5.452 em 2014), como despesa de depreciação e de R\$3.275 (R\$2.347 em 2014) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

Condições contratuais do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2015:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR(Taxa efetiva de juros)
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	Dólar	6,75%	53,76%

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$46.744 (R\$35.898 em 2014), será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2015 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	2015
2016	9.471
2017	9.939
2018	9.939
2019	9.939
2020	7.456
Total	46.744
Circulante	9.471
Não Circulante	37.273

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	2015	2014
Saldos iniciais - 2014 e 2013	35.925	35.149
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	19.653	6.696
Pagamento de principal	(5.559)	(3.573)
Pagamento de juros	(3.275)	(2.347)
Saldos finais - 2015 e 2014 (*)	46.744	35.925
Circulante	9.471	4.142
Não circulante	37.273	31.783

(*) saldo incluído na nota explicativa nº 21 - empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

37 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	912	912	5.072	5.072
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2	37	37	51	51
Títulos de créditos a receber	2	845	845	845	845
Créditos com partes relacionadas	2	268.819	268.819	110.397	110.397

Controladora					
	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos					
Fornecedores	2	288	288	262	262
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	138.223	138.223	127.293	127.293
Débitos com partes relacionadas	2	644.004	644.004	700.842	700.842

Consolidado					
	Nível	2015		2014	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	2	534.452	534.452	356.595	356.595
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	522.255	522.255	973.554	973.554
Clientes, consumidores e concessionárias	2	1.462.260	1.462.260	1.104.829	1.104.829
Títulos de créditos a receber	2	6.295	6.295	9.834	9.834
Contas a receber da concessão	3	2.180.908	2.180.908	2.065.089	2.065.089
Instrumentos financeiros derivativos	2	171.467	171.467	10.243	10.243
Ativo financeiro setorial	3	740.583	740.583	594.749	594.749
Créditos com partes relacionadas	2	327.515	327.515	120.116	120.116

Consolidado						
	Nível	2015		2014		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Passivos						
Fornecedores	2	1.218.469	1.218.469	1.019.533	1.019.533	
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	3.746.987	3.746.987	2.708.127	2.708.127	
Instrumentos financeiros derivativos	2	48.696	48.696	259	259	
Passivo financeiro setorial	3	371.592	371.592	428.549	428.549	
Débitos com partes relacionadas	2	659.900	659.900	562.879	562.879	
Parcelamento de impostos	2	95.019	95.019	108.307	108.307	
Taxas regulamentares	2	173.500	173.500	468.866	468.866	

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$225.467, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 12 e 16.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, ativo financeiro setorial e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu

valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esses a 1ª emissão de debêntures (ETO), a 7ª emissão de debêntures (EMS) e a 5ª emissão de debêntures (EMT). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses a 4ª emissão de debêntures da Companhia, foi estabelecido o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em de 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2015 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foram impactado em R\$5.229 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no terceiro trimestre de 2015, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”), tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2015 tais dívidas e derivativos,

assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$2.823 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	2015	2014
Dívida (a)	3.746.987	2.708.127
Partes Relacionadas (c)	646.477	546.793
Caixa e equivalentes de caixa	(534.452)	(356.595)
Dívida líquida	3.859.012	2.898.325
Patrimônio líquido (b)	(2.340.903)	(1.956.414)
Índice de endividamento líquido	1,65	1,48

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

(c) Energisa S/A, conforme detalhamento na nota explicativa nº 14.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) ano	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		288	-	-	-	-	288
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,84%	-	3.079	10.865	9.097	577.589	600.630
Total		288	3.079	10.865	9.097	577.589	600.918

Consolidado							
Fornecedores	14,14%	909.381	39.016	117.047	195.078	7.600	1.268.122
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	12,66%	285.872	616.517	1.893.536	1148.020	2.323.171	6.267.116
Total		1.195.253	655.533	2.010.583	1.343.098	2.330.771	7.535.238

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeira é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	912	5.072	534.452	356.595
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	37	51	522.255	973.554
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	1.462.260	1.104.829
Títulos de créditos a receber	845	845	6.295	9.834
Ativo financeiro setorial	-	-	740.583	594.749
Contas a receber da concessão	-	-	2.180.908	2.065.088
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	171.467	10.243
Créditos com partes relacionadas	268.819	110.397	327.515	120.116

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8, 12,14,16 e 37.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 22, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com alta de 47,01% sobre 31 de dezembro de 2014, cotado a R\$3,9048/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de 19,45%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2015, de R\$3.754.629 (R\$2.716.465 em 31 de dezembro de 2014), R\$908.752 (R\$184.277 em 31 de dezembro de 2014) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (de fev/2016 no curto prazo e último vencimento em set/20) e custo máximo de 6,75% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 apresenta R\$21.458 (R\$7.089 em 2014) no ativo circulante, R\$150.009 (R\$3.154 em 2014) no ativo não circulante, R\$46.873 no passivo circulante e R\$1.823 (R\$259 em 2014) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, o aumento da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima, conforme segue:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Designação Hedge Accounting
Loan 4131				
BAML x EMT 1	7.272		04/05/2017	Fair Value Hedge
P. Ativa		LIBOR + 1,50%		
P. Passiva		CDI + 1,45%		
Loan 4131				
Itaú BBA x ECA 1	25.893		28/11/2017	Fair Value Hedge
P. Ativa		VC + 4,00%		
P. Passiva		CDI + 2,25%		
Loan 4131				
BAML x ECA 2	12.882		12/06/2017	Fair Value Hedge
P. Ativa		Libor + 1,85%		
P. Passiva		CDI + 1,4995%		
Loan 4131				
Itaú BBA x EEB 2	3.984		28/11/2017	Fair Value Hedge
P. Ativa		VC + 4,00%		
P. Passiva		CDI + 2,25%		
Loan 4131				
Banco ABC x EEB 4	12.987		31/08/2017	Fair Value Option
P. Ativa		VC + 7,02%		
P. Passiva		CDI + 3,55%		
Loan 4131				
Santander x EEB 5	15.181		22/12/2016	Fair Value Option
P. Ativa		VC + 5,58%		
P. Passiva		CDI + 2,32%		
Loan 4131				
Itaú BBA x CFLO 1	7.663		25/02/2016	Fair Value Hedge
P. Ativa		VC + 4,50%		
P. Passiva		CDI + 2,35%		
Loan 4131				
Itaú BBA x ETO 1	65.030		13/04/2020	Fair Value Hedge
P. Ativa		VC + 4,04%		
P. Passiva		CDI + 2,72%		
Loan 4131				
BAML x ETO 2	13.123		12/12/2016	Fair Value Option
P. Ativa		Libor + 2,50%		
P. Passiva		CDI + 1,48%		

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (ao ano)	Vencimento	Designação Hedge Accounting
Loan 4131				
BAML x EMS 2	31.446		01/06/2017	Fair Value Hedge
P. Ativa		Libor + 1,85%		
P. Passiva		CDI + 1,4925%		
Loan 4131				
BAML x EMS 3	7.600		08/08/2016	Fair Value Option
P. Ativa		Libor + 1,75%		
P. Passiva		CDI + 1,24%		
Loan 4131				
BAML x EMS 4	9.250		06/09/2016	Fair Value Option
P. Ativa		Libor + 1,90%		
P. Passiva		CDI + 1,39%		
Loan 4131				
Banco ABC x EDEVP 2	6.369		05/07/2016	Fair Value Option
P. Ativa		VC + 4,37%		
P. Passiva		CDI + 3,50%		
Loan 4131				
Banco ABC x CNEE	3.185		05/07/2016	Fair Value Option
P. Ativa		VC + 4,37%		
P. Passiva		CDI + 3,50%		

A controlada EMS possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). Segue as operações de swap de juros a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Operação	Vencimento	Designação Hedge Accounting
SWAP				
HSBC X EMS	23.703		05/09/2016	Não aplicável
P. Ativa		CDI + 3,50%		
P. Passiva		132,00% CDI + (TJLP-6,00%)		

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2015	2014		2015	2014
Swap de Juros	13.333	31.111	Posição Ativa		
			Taxa de Juros - CDI	13.652	32.288
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP	(13.780)	(32.139)
			Posição Total Swap	(128)	149
Swap Cambial	-	135.036	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	-	151.280
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	-	(141.445)
			Posição Total Swap	-	9.835

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2015			2015	
Derivativos	249.755		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(269.391)	
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	249.755		Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	269.391	
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(262.574)	
			Posição Total Swap Com Opções	6.817	
			Posição Líquida Dívida + Swap	(262.574)	

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo, (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2015			2015	
Dívida (Objeto de Hedge)*	448.745		Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(592.616)	
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	448.745		Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	595.586	
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(479.504)	
			Posição Total Swap Com Opções	116.082	
			Posição Líquida Dívida + Swap	(476.534)	

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 22 e 23 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação		Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros		-		86.941	(107.624)	(302.211)
Swap Cambial						
Posição Ativa						
Moeda Estrangeira - USD e LIBOR		864.976	Alta US\$	778.035	972.600	1.167.187
Posição Passiva						
Taxa de Juros CDI		(742.077)		(742.077)	(742.077)	(742.077)
Subtotal		122.899		35.958	230.523	425.110
Total Líquido - ganhos (perdas)		122.899		122.899	122.899	122.899

(1) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras).

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros					
Swap de Juros					
Posição Ativa		Alta TJLP / CDI			
Taxa de Juros	13.652		13.652	13.652	13.652
Posição Passiva					
Taxa de Juros CDI + TJLP	(13.780)		(13.780)	(13.857)	(13.933)
Subtotal	(128)		(128)	(205)	(281)
Total Líquido - ganhos (perdas)	(128)		(128)	(205)	(281)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2015 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,14%, TJLP = 6,5% ao ano ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	969.099	Alta CDI	144.686	180.857	217.029
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(862.006)	Alta CDI	(128.698)	(160.872)	(193.046)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.090.964)	Alta CDI	(162.881)	(203.602)	(244.322)
	(295.409)	Alta TJLP	(20.678)	(25.848)	(31.018)
	(4.276)	Alta IPCA	(326)	(407)	(489)
	(361.685)	Alta SELIC	(51.539)	(64.423)	(77.310)
	(646.353)	Alta TR	(11.635)	(14.544)	(17.453)
Subtotal (2)	(3.260.693)		(375.757)	(469.696)	(563.638)
Total - perdas (2)	(2.291.594)		(231.071)	(288.839)	(346.609)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2016 (14,93% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2015, TJLP 7% ao ano, Selic 14,25%, TR 1,8% e IPCA 7,62%.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$493.936.

38 Benefícios a empregados

Plano de Aposentadoria e Pensão

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), sendo para este último vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de Benefício Definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo

suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2015, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$9.954 (R\$8.575 em 2014).

A Companhia patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pela Companhia junto à Redeprev são:

a) Plano de Benefícios BD-I:

Instituído em 01 de janeiro de 1994, está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões desde 01 de janeiro de 1999. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

b) Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pelas controladas e de forma solidária com as demais patrocinadoras, CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. - em "Recuperação Judicial" e as empresas do grupo Rede Energia S.A. - em "Recuperação Judicial".

Antes da fusão os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regula as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento do CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do Ativo do Plano de Benefícios R, por empresa patrocinadora.

c) Plano de Benefício -OP:

Instituído em 01 de janeiro de 1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

Hipóteses econômicas e demográficas aplicadas a todos os planos

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2015	Avaliação atuarial 2014
Taxa de desconto atuarial	7,50%	6,05%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	13,41%	11,88%
Taxa de crescimento salarial (*)	8,67%	7,61%
Taxa de inflação projetada	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10% por sexo	AT 2000 Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI85 por sexo	MI85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média	Light média

(*) inclui expectativa de inflação futura projetada

Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31 de dezembro de 2015

a) Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado, de acordo com as regras do CPC 33 R (IAS 19 R).

Eventuais diferenças atuariais são reconhecidas como “remensurações” em outros resultados abrangentes. Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit deve ser reconhecido no passivo da patrocinadora.

Conciliação da posição dos fundos de benefício definido:

	EMT	EMS	ETO	CAIUA	CNEE	CFLO	EEB	EDEVP	Total - 2015
	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R
Valor presente da obrigação de benefício definido									
Saldo início exercício - 2014	158.956	99.032	12.023	11.626	17.000	5.598	29.912	15.020	349.167
Custo do serviço corrente	317	235	151	55	122	6	41	55	982
Custo do serviço passado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo dos juros	18.197	11.239	1.391	1.339	1.946	636	3.433	1.733	39.914
Benefícios pagos	(11.888)	(8.653)	(661)	(763)	(1.305)	(500)	(2.363)	(1.347)	(27.480)
Ganhos/Perdas atuariais	(12.252)	5.682	(1.173)	(353)	(1.920)	(439)	(711)	4.246	(6.920)
Saldo final exercício - 2015	153.330	107.535	11.731	11.904	15.843	5.301	30.312	19.707	355.663
Valor justo dos ativos do plano									
Saldo início exercício - 2014	147.991	136.910	11.455	11.296	16.932	5.059	28.659	14.367	372.669
Retorno esperado	16.894	15.741	1.349	1.329	2.001	573	3.321	1.666	42.874
Alteração regulamentar do Plano OP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições efetuadas (participantes e empresa)	-	70	725	-	-	-	-	-	795
Benefícios pagos	(11.888)	(8.653)	(661)	(763)	(1.305)	(500)	(2.363)	(1.347)	(27.480)
Contribuição empregador	402	-	-	210	100	46	142	160	1.060
Ganhos/Perdas atuariais	(2.140)	320	(1.170)	452	(552)	(191)	2.541	5.613	4.873
Liquidações (Distribuições de Superávit)	-	(10.732)	-	-	-	-	-	-	(10.732)
Saldo final exercício - 2015	151.259	133.656	11.698	12.524	17.176	4.987	32.300	20.459	384.059
Posição líquida	(2.071)	26.121	(33)	620	1.333	(314)	1.988	752	(28.396)
Saldos:									
BD-I	(3.057)	23.171	588	671	1.221	10	716	352	23.672
OP	6.350	3.031	109	229	155	194	1.594	985	12.647
R	(5.364)	(81)	(730)	(280)	(43)	(518)	(322)	(585)	(7.923)
Total	(2.071)	26.121	(33)	620	1.333	(314)	1.988	752	28.396
Déficit registrado	(8.421)	(81)	(730)	(280)	(43)	(518)	(322)	(585)	(10.980)
Superávit não registrado	6.350	26.202	697	900	1.376	204	2.310	1.337	39.376
Circulante	(569)	-	(338)	-	-	-	-	-	(907)
Não circulante	(7.852)	(81)	(392)	(280)	(43)	(518)	(322)	(585)	(10.073)

Demonstração da movimentação do passivo líquido da patrocinadora no exercício;

	Consolidado
	2015
Passivo atuarial líquido no início do exercício	(13.264)
Contribuições da Companhia/Participantes	1.855
Outros Resultados Abrangentes	2.836
Receitas e (Despesas) correntes	(2.407)
Total	(10.980)

Demonstração das despesas para o exercício de 2016:

	EMT	EMS	ETO	CAIUA	CNEE	CFLO	EBB	EDEVP	Total
	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R	BD-I, OP e R
Custo do serviço corrente (com juros)	318	231	262	51	100	7	47	46	1.062
Juros sobre as obrigações atuariais	19.735	13.802	1.527	1.539	2.042	677	3.908	2.538	45.768
Rendimentos esperados dos ativos do plano	(19.484)	(17.311)	(1.569)	(1.636)	(2.227)	(638)	(4.184)	(2.649)	(49.698)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	569	(3.278)	220	(46)	(85)	46	(229)	(65)	(2.868)

b) Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2015		
	BD-I	OP	R
Investimentos:			
Títulos públicos	54,26%	48,01%	62,15%
Créditos privados e depósitos	29,43%	32,27%	8,61%
Ações	0,45%	1,35%	0,53%
Fundos de investimento	7,77%	7,05%	6,91%
Empréstimos e financiamentos	6,59%	5,89%	20,98%
Operações compromissadas	0,22%	4,19%	0,79%
Investimento imobiliário	1,01%	0,96%	0,00%
Outros	0,27%	0,28%	0,03%
Total	100%	100%	100%

Uso de estimativas: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido às restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 as despesas com o plano de saúde foram de R\$36.951 (R\$13.752 em 2014), no consolidado.

39 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil						
	Vigência	2016	2017	2018	2019	202	Após 2020
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2016 a 2048	145.796	148.439	143.698	146.529	130.390	1.991.982
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	1.316.327	1.336.302	1.450.693	1.552.027	1.548.133	16.757.579
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	427.962	390.357	388.759	450.762	354.977	5.893.852
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	623.619	574.614	600.749	661.891	683.255	11.480.539
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2016 a 2048	56.965	52.775	40.245	40.185	32.049	667.296
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2016 a 2048	108.814	103.069	101.410	122.849	107.860	1.674.405
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	2016 a 2048	114.036	126.535	123.188	122.750	111.721	1.830.416
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	2016 a 2026	75.978	80.079	82.692	85.141	87.821	702.238
		2.869.497	2.812.170	2.931.434	3.182.134	3.056.206	40.998.307

(*) O contrato de suprimento da CFLO foi aditado, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(**) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipuvalores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de setembro de 2015 e foram homologados pela ANEEL.

40 Ativos de geração alienado

A controladora Energisa concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação. A negociação envolveu a alienação da usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW) de propriedade da controlada Tangará Energia S/A.

A Rede Energia integralizou, em dezembro de 2014, no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses

ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R\$255.552.

Segue apuração do ganho de capital registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora e Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	171.350
Ajuste preço adicional	4.515
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	175.865
Custos dos investimentos alienados	79.687
(=) Ganho apurado na alienação	255.552

Ativos e passivos reclassificados para disponíveis para venda saldo em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora	Consolidado
Ativos e passivos disponíveis para venda	2014	2014
Ativo		
Ativo circulante		
. Caixa e aplicação financeira no mercado aberto	-	54.610
. Clientes	-	9.555
. Outros	-	6.867
Total do ativo circulante	-	71.032
Ativo não circulante		1.090
. Imobilizado/Intangível	-	178.715
Total do ativo não circulante	-	179.805
Total dos ativos disponíveis para venda	-	250.837
Passivo		
Passivo circulante		
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	236.338
. Provisão para perdas de participação societária	130.639	-
. Outros	-	19.973
Total do passivo circulante	130.639	256.311
Passivo não circulante		
. Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	120.000
. Impostos a recolher/ diferido	-	12.714
. Outros	-	77.829
Total do passivo não circulante	-	210.543
Total do passivo associado a ativos disponíveis para venda	130.639	466.854

Demonstração de resultado da operação descontinuada:

Demonstração do resultado das operações descontinuadas	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita líquida	-	-	31.761	6.935
(-) Custo com energia elétrica	-	-	(26.869)	15.617
(-) Custo de operação	-	-	(3.552)	(12.706)
Lucro operacional bruto	-	-	1.340	9.846
(-) Despesas operacionais	-	-	(705)	(972)
Resultado do serviço	-	-	635	8.874
Ganho apurado na alienação	255.552	-	255.610	2
Receitas financeiras	-	-	4.354	18.194
Despesas financeiras	-	-	(20.528)	(148.460)
Equivalência patrimonial	(16.206)	(129.505)	-	-
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	239.346	(129.505)	240.071	(121.390)
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	-	(725)	(8.115)
Lucro (Prejuízo) de operação descontinuada	239.346	(129.505)	239.346	(129.505)

Demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas:

Demonstração do Fluxo de caixa das operações descontinuadas	Consolidado	
	2015	2014
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	635	9.975
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	1.164	12.857
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(23.867)	(939)
Variação líquida do caixa	(22.068)	21.893

41 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2015	2014
Retomada de controle - Valor justo das distribuidoras		
Caixa e equivalentes de caixa	-	80.093
Aplicação no Mercado Aberto	-	149.728
Clientes, consumidores e concessionárias e PDD	-	838.153
Tributos a Recuperar	-	234.883
Títulos de créditos a receber	-	201.491
Estoques	-	20.781
Cauções e Depósitos Vinculados	-	96.167
Outros créditos	-	678.922
Créditos com partes relacionadas	-	660.736
Impostos Diferidos	-	641.862
Contas a receber da Concessão	-	2.061.340
Intangível e ativo intangível (PPA)	-	5.078.430
Fornecedores	-	1.229.594
Salários a pagar	-	13.474
Empréstimos e Financiamentos	-	1.821.299
Debentures	-	272.102
Tributos e Contribuições	-	1.081.362
Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	561.867

	2015	2014
Parcelamento de impostos	-	607.054
Contribuição Social Diferida	-	41.320
Empresas controladas e coligadas	-	172.303
Outros passivos	-	1.485.903
Investimentos descontinuados		
Caixa e equivalente de caixa	-	22.476
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	32.134
Clientes	-	9.555
Tributos a recuperar	-	4.517
Outros créditos	-	2.646
Tributos a recuperar	-	794
Imobilizado	-	176.067
Intangível	-	1.035
Fornecedores	-	11.237
Empréstimo e financiamento	-	231.166
Debêntures	-	125.172
Tributos e contribuições sociais	-	1.109
Outras contas a pagar	-	13.760
IRPJ e CSSL diferidos	-	12.714
Outras transações não caixa		
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	28.775	177.598
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	176.220	8.207
Atividades operacionais		
Fornecedores	112.585	-
Incorporação de redes	30.364	-
Estoques	2.705	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível em processo de pagamento	112.585	-
Obrigações especiais - devolução de recursos Programa LPT	5.299	-
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	30.364	-
Intangível - transferência para estoques	2.705	-
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	5.299	-

42 Eventos subsequentes

a. Emissão de novas séries de quotas do FIDC

A Energisa S.A. e Rede Energia S.A. em conjunto com suas controladas indiretas e diretas, respectivamente, Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (EMT) e Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (EMS) aprovaram a emissão de novas séries de quotas do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados IV Energisa Centro Oeste ("FIDC") no montante total de até R\$700.000. Do montante total, R\$481.000 em novas quotas serão emitidas pela EMT e R\$219.000 pela EMS.

b. Bandeiras tarifárias

Desde janeiro de 2015, as contas de energia sofreram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações

prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras tarifárias sofrerão reajustes a partir de 01 de fevereiro de 2016, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. Em fevereiro de 2016, alteração para R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. Em fevereiro de 2016, passou a ter dois patamares de R\$3,00 e R\$4,50 aplicados a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.